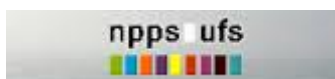




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**



**DO CABEÇO AO SARAMÉM: UM ENSAIO SOBRE DEGRADAÇÃO**  
**AMBIENTAL E ECONOMIA DA PRODUÇÃO SOCIAL EM UM MUNICÍPIO**  
**DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO**

**CAMILA SANTOS DE FIGUEREDO LIMA**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**

**2016**



**CAMILA SANTOS DE FIGUEREDO LIMA**

**DO CABEÇO AO SARAMÉM: UM ENSAIO SOBRE DEGRADAÇÃO  
AMBIENTAL E ECONOMIA DA PRODUÇÃO SOCIAL EM UM MUNICÍPIO  
DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO**

**Trabalho apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do título de Mestrado em Psicologia Social, sob a orientação do Prof.º Dr. Marcelo de Almeida Ferreri.**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**

**2016**

## **COMISSÃO JULGADORA**

Disserta da discente CAMILA SANTOS DE FIGUEREDO LIMA, intitulada ‘Do Cabeço ao Saramém: um ensaio sobre a degradação ambiental e economia da produção social em um município do Baixo São Francisco sergipano’, defendida e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ pela Banca Examinadora constituída pelos professores doutores:

---

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri

---

Prof. Dr. Manoel C. Mendonça Cavalcante Filho

---

Prof. Dr. Marcos Ribeiro de Melo

## AGRADECIMENTOS

E assim se encerra mais uma etapa da jornada acadêmica da jornada da minha vida...

Não diria (mas já dizendo) que foi difícil; foi, sim, uma experiência que me fez descobrir qualidades em mim que nem eu mesma sabia que tinha. A perseverança foi uma delas.

Ao longo destes dois anos e meio de mestrado, conheci um monte de coisas diferentes: o processo de seleção, meus concorrentes, meus colegas, meus professores, a UFS; conheci mais sobre o meu estado, Sergipe, sobre a foz do rio São Francisco, sobre as histórias e vidas dos ribeirinhos que por lá vivem...

Aconteceu tanta coisa nesse tempo... e finalmente a dissertação está sendo entregue.

Neste ínterim, não poderia deixar de reconhecer a importância de quem esteve comigo, me apoiando e segurando as barras que apareceram nesta trajetória:

Primeiramente (segundamente, terceiramente...) agradeço à minha mãe, Marielze: a pessoa que mais investe e que mais acredita no meu potencial. O ser que mais me ama nesse mundo inteiro e que me fez acreditar que a única coisa que ninguém nunca vai poder tirar de mim é o meu conhecimento. Obrigada, mãe, por acreditar em mim mais do que eu mesma, por me fazer gente, por me fazer enxergar e sentir; por soltar minha mão, por deixar eu andar por aí, sozinha e sem rumo, por ser a minha única certeza na vida, por ser a minha razão; por ser o meu começo, meio e ... recomeço.

Agradeço aos professores do ensino médio, quando eu era uma peste em forma de gente, e que não desistiram de me fazer descobrir o prazer pelo conhecimento. Aos professores e grandes mestres da faculdade de Psicologia da UFAL: a estes eu não encontro palavras para agradecer pela contribuição à minha metamorfose espiritual/intelectual/profissional/pessoal. Aos colegas de curso, aos parceiros da vida, aos roommates, aos aventureiros, aos transeuntes... não seria eu, aqui, sem vocês.

Gratidão à banca que me avaliou na seleção do mestrado, por achar que eu mereceria esta oportunidade e me deu esta chance de fazer acontecer. Aos colegas que entraram comigo nesta linha de pesquisa: Aline, Dani, Karen e Lucas... minha gratidão por ter tido a companhia e o apoio de vocês. Só acho que a gente tem que se encontrar com mais frequência. Aos colegas que me acolheram na pesquisa do Baixo São Francisco... Ahlana, Williams, Murilo, Marina, Dani, Matheus, Levi... à vocês minha profunda gratidão pelo conforto do abraço.

À Manoel, meu vizinho solícito e gente boa, sempre provocador. Obrigada por todas as vezes que confundi minha cabeça, e também por ter chegado junto e por me dizer para ter calma, fazendo tudo parecer mais simples. Obrigada pela segurança e por todo o suporte (intelectual e emocional). Obrigada, acima de tudo, pela sua amizade.

À Marcelo! Este, que acreditou em mim desde que me viu/ouviu. Que apostou em mim quando eu disse na entrevista da seleção que eu não saberia o que gostaria de estudar, mas que estava totalmente aberta à novas experiências. Obrigada pelo apoio, por não desistir de mim, por fazer eu não desistir dessa jornada, por tantas vezes me dizer “caaaaalma, mulher”; por apostar em todas as minhas ideias imaturas, por acompanhar minhas oscilações, pelas vezes que se omitiu, pelas chamadas, pelas correções, pelas indicações. Pela paciência e serenidade que eu precisei em vários momentos. Você é um ótimo parceiro. Agradeço profundamente à sua confiança em mim e à liberdade que me proporcionou em todo este processo. Não poderia ser mais grata por ter tido um orientador tão cúmplice como você é para mim.

Agradeço a Zilda, amiga que sempre me ouviu e me apoiou, mesmo sem saber o que era o mestrado. Obrigada pela leveza que você traz aos meus dias com suas risadas e bom-humor.

À todos do Saramém e Cabeço: dedico à todos vocês este trabalho. Minha gratidão por terem me recebido na casa de vocês como uma pessoa especial, por nunca terem me negado uma boa conversa, uma mesa posta com a melhor refeição. Obrigada por terem compartilhado suas histórias de vida comigo, por terem confiado em mim e por me fazerem me sentir acolhida durante as angustiantes idas a campo.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Por fim, agradeço a Deus por tudo. Por absolutamente tudo, e por, a cada dia, me fazer um ser humano melhor.

## RESUMO

Este trabalho é fruto de reflexões acerca das condições que moldam, na modernidade, as relações do homem contemporâneo com o seu meio. Em um município do Baixo São Francisco sergipano, um lugar serve para a análise sócio-cultural da qual se encarrega esta dissertação, onde se privilegia o meio ambiente como palco de disputas e transformações deste espaço, que envolvem a força do capital sobre a dominação da natureza e dos recursos humanos que lá se alocam. Estamos falando do Novo Conjunto Habitacional Saramém, no município de Brejo Grande, em Sergipe, que tem sua formação há uma década e meia e se ergueu sobre um trágico acontecimento ocorrido ao fim da década de 90 no século XX: a invasão do mar à antiga ilha do Cabeço, no mesmo município, fazendo com que o Saramém fosse território para os seus desabrigados. Este trabalho se ocupa por esboçar elementos constitutivos das sociabilidades e modos de vida na Ilha do Cabeço, Brejo Grande/SE, em relação aos modos de vida e de produção material e simbólica presentes no século XXI no Conjunto Saramém, no mesmo município, sob o signo da promessa capitalista de “desenvolvimento, progresso e qualidade de vida”. Esta dissertação é fruto de um trabalho baseado na prática etnográfica, não apenas da autora, mas também por parte de alguns coautores que realizaram suas pesquisas no local e que estão, aqui, enriquecendo as reflexões e agregando informações a este trabalho. De inspiração etnometodológica, põe a descoberto as marcas das ideologias presentes nos discursos iluminando as práticas cotidianas na região e a desvelando as distorções entre a lógica do capital e a lógica do beiradeiro (Golobi, s/d). Também conta-se com o incomensurável auxílio do recentemente produzido laudo da pericial sob encomenda da Justiça Federal do estado de Sergipe, que teve como objetivo de esclarecer pontos decisivos em ação movida pela Associação do Povoado Cabeço, em Brejo Grande, contra a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), sob a alegação de que a instalação da Usina Hidrelétrica de Xingó teria afetado drasticamente o fluxo natural do rio, ocasionando a perda de força das águas deste em detrimento da força do mar que o encontra na foz do rio São Francisco, onde se localizava a ilha do Cabeço. Para além da veridicidade desta alegação, poremos em questão o que estas ações de dominação, transformação e mercantilização dos recursos naturais e humanos pelo próprio homem acabam por moldar em níveis de sociabilidades em tempos de forte apelo ao capital.

**Palavras-chave:** Baixo São Francisco, depredação ambiental, capitalismo, sociabilidades, modos de produção.

## ABSTRACT

This work is the result of reflections on the conditions that shape, in modernity, the relationship of contemporary man and his environment. In a city in the Lower São Francisco Sergipe, a place used for socio-cultural analysis which handles this dissertation, where emphasizes the environment as the scene of disputes and transformation of this area, involving the power of capital over the domination of nature and the human resources that are allocated there. We're talking about the New Housing Complex Saramém in the municipality of Brejo Grande, Sergipe, which has its formation a decade and a half and stood on a tragic event occurred at the end of the 90s in the twentieth century: the old-sea invasion island Cabeço, in the same municipality, causing the Saramém were territory for its homeless. This work is concerned by sketching constituent elements of sociability and ways of life in Cabeço Island, Brejo Grande / SE, in relation to the ways of life and production material and symbolic present in the XXI century in Saramém set in the same city, under the sign of the capitalist promise of "development, progress and quality of life." This dissertation is the result of a work based on ethnographic practice, not only the author but also by some co-authors who conducted their research on site and are here, enriching the reflections and adding information to this work. Ethnomethodological of inspiration, lays bare the marks of these ideologies in discourses illuminating the daily practices in the region and revealing the distortions between the logic of capital and the logic of beiradeiro (Golobi, s / d). Also counts with the immeasurable help of recently produced custom expert's report of the Federal Court of the state of Sergipe, which aimed to clarify critical points in lawsuit filed by the Association of Village Cabeço in Brejo Grande, against the Hydroelectric Company San Francisco (Chesf), on the grounds that the installation of the Xingó Hydroelectric power plant would have drastically affected the natural flow of the river, causing the water of the power loss of this at the expense of the strength of the sea that lies at the mouth of the river where is located the island of Cabeço. In addition to the veracity of this claim, we will put into question the domination that these actions, transformation and commercialization of natural and human resources by man eventually mold into sociabilities levels in times of strong appeal to capital.

**Keywords: Lower San Francisco, environmental degradation, capitalism, sociability, modes of production.**



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do estado de Sergipe com todos os municípios (2007) .....	09
Figura 2 – Vista aérea da Foz do Rio São Francisco – divisa Sergipe e Alagoas .....	12
Figura 3 - Registro fotográfico dos anos 80, séc. XX, do Povoado Cabeço, Brejo Grade – SE, com ênfase no Farol da Marinha ao fundo da foto .....	13
Figura 4 – Farol localizado na Ilha do Cabeço .....	13
Figura 5 – Antigo Povoado Cabeço, sofrendo com o avanço do mar (em destaque, o Farol do Cabeço) .....	14
Figura 6 –Navegação pelas águas que submergem o antigo Povoado Cabeço hoje, séc. XXI .....	14
Figura 6 – Disposições de casas e estabelecimentos no Conjunto Saramém. Fonte: Google Maps, 2015 .....	17
Figura 7 – Esquema obtido do laudo pericial acerca dos impactos sócio-ambientais na região do Baixo São Francisco sergipano. ( <i>Laudo Pericial</i> , quesito nº 31 da parte autora, 2015) .....	71

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1.1 Situando-se na Foz do rio São Francisco .....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>22</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 (Re)dimensionando o objeto .....</b>	<b>30</b>
<b>4. ÍNDICE .....</b>	<b>35</b>
<b>4.1 De “o cabeça era uma família” às casas do Saramém .....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 Sustentabilidade Sócio Ambiental .....</b>	<b>39</b>
<b>4.3 Práticas Consolidadoras de Sociabilidades .....</b>	<b>47</b>
<b>4.4 Acesso às Políticas Sociais .....</b>	<b>53</b>
<b>4.5 Do Saramém a uma outra dinâmica do cotidiano .....</b>	<b>63</b>
<b>4.6 Pesca no Cabeço e Saramém - trabalho e fontes de renda .....</b>	<b>68</b>
<b>4.7 Configurações do coletivo na região .....</b>	<b>70</b>
<b>4.8 Sustentabilidade Social e a Lógica Capitalista .....</b>	<b>75</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>85</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“[...] Muito verde, tudo em paz. Passamos por Brejão dos Negros, povoado vizinho, e lembrei da empregada da minha casa e das estórias dela, que se criaram lá. Vi vidas pacatas e cotolevos apoiados nas janelas. Portas e janelas como “conectores” (significante contemporâneo) do mundo afora.

Logo mais a frente, seguimos diretamente para o Saramém e fomos conduzidos lentamente por uma pequena boiada e os boiadeiros que, depois de tirarmos fotos e rir muito do boizinho da barriga branca, abriram espaço pra gente passar. Foi quando ouvi “chegamos no Saramém” e eu pensei “Já? - imaginei outra coisa!”. Debaixo de um sol razoável, um montinho de casas, muitas coloridas; algumas fachadas ousadas, mas a maioria só ‘porta e janela’ mesmo. Chão de barro, e uma igreja no meio faziam a praça principal do conjunto. Um monte de guri, brincando de bicicleta e de correr, eu acho. Muita galinha na rua. [...]” (Diário de campo, dia 12/09/2014).

Introduzo este trabalho com a condição de mostrar como me inseri em campo. Depois desta visita, algumas outras aconteceram, e este lugar se modificava a cada conversa, a cada relato, a cada interação com as coisas que compunham as cenas.

Algo neste trecho destacado do diário de campo leva a crer que eu imaginava outra cena; que no momento não lembro o que seria. Agora, depois de tantas idas e vindas, a imaginação fez sua parte transformando a realidade fantasiada naquele momento em algo também da ordem da fantasia, que foi moldando meu olhar, minha postura, minhas conversas e atitudes em relação ao meio em que havia penetrado.

Foram dois anos visitando esporadicamente o Saramém. Aprendi que, antes de qualquer conhecimento teórico validado pela academia, por trás de toda obra de grande respaldo científico existe, na base de tudo, a importância das vidas e das existências cotidianas banais. Talvez a frustração da primeira visita tenha sido causada pelo impacto do comum, quando não se vê o problema que gostaria de encontrar escancarado.

As idas à campo nunca foram confortáveis. Apesar do Saramém ficar há duas horas da capital sergipana, onde resido, o deslocamento ia mais além de ser meramente físico, também ir, apenas, e observar o ambiente, sem interagir, não produziria os efeitos fins. Sentia necessidade de compreender, por meio da linguagem e das suas significações, como era a relação dos habitantes com aquele território. Em meio à conversas descomprometidas, à

observação do meio, da apreensão dos costumes, modos, falas e da cultura trago o que contempla minhas leituras e estudos acerca, principalmente, dos modos de existir no contemporâneo.

O principal material utilizado para fundamentação da presente dissertação foi o Laudo Pericial elaborado pela equipe de perícia sócio ambiental, na incumbência de atuar nas Ações Civis Públicas de Responsabilidade por Danos Ambientais, abordando inúmeros aspectos sobre modos de vida no Baixo São Francisco (BSF), invenção/produção de condições de sobrevivência e subsistência, formas de interação e sustentabilidade frente aos recursos naturais e constituição sociocultural nessa região. Este material conta com as considerações iniciais de três peritos da equipe socioambiental, metodologia de produção da pesquisa, 65 quesitos dirigidos aos peritos e à instituições e órgãos que monitoram a área do BSF, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) visando esclarecer os processos estruturais que constituem aquela região. Este laudo também conta com um Glossário, onde se encontram as denotações dos termos utilizados e trabalhados na pesquisa técnica.

A bibliografia utilizada para consistir nossa análise frente ao objeto de estudo foi, em grande parte, garimpada da bibliografia do laudo. Estas referências contemplam assuntos que abordam questões da problemática social, como de cunho marxista, que envolvem algumas implicações da lógica capitalista, sobre a expropriação da força de trabalho, das transformações sócias ocorridas pelo protagonismo da lógica da acumulação e do lucro. Outras produções teóricas, como a de Foladori (2001) tecem considerações sobre as questões da sustentabilidade que desde a década de 70 tem estado em voga, onde o discurso sobre desenvolvimento sustentável deve estar incluído nos modos de produção contemporâneos, afim de evitar a degradação do meio ambiente, já que este vem sofrendo grande depredação devido a sua transformação em recursos rentáveis. Porém, o autor chama atenção ao tratar deste discurso, diante da lógica da produção e acumulação capitalista ilimitada, existe uma incoerência que talvez não esteja sendo levada em conta nas reflexões: a exploração ilimitada de recursos naturais limitados. Esta displicência pode levar a uma grave crise ambiental, social e cultural.

### **1.1 Situando-se na Foz do rio São Francisco**

Há dois anos visito a Ilha do Cabeço e o Novo Conjunto Habitacional Saramém (NCHS), locais próximos entre si, tendo como foco, primeiramente, prestar atenção na

dinâmica desses lugares. Esses locais a que me refiro estão situados no município de Brejo Grande, extremo nordeste do estado de Sergipe, região nordeste do Brasil, numa distância de 135 quilômetros da capital sergipana, Aracaju. Brejo Grande é contornado por rios e mares - ao sul o município limita-se com o oceano Atlântico e ao leste com o rio São Francisco. Este mesmo rio, do lado oposto, margeia o estado de Alagoas, defronte, especificamente, ao município de Piaçabuçu.

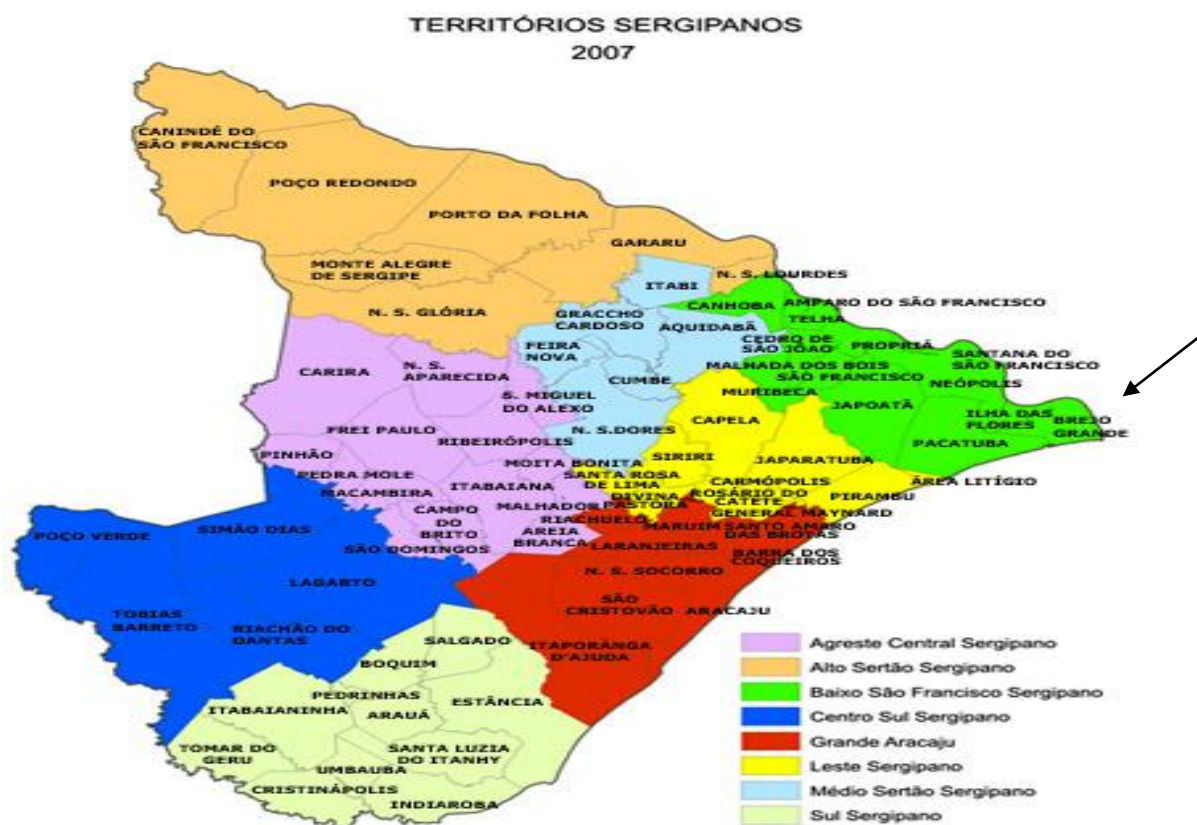


Figura 1 - Mapa do estado de Sergipe com todos os municípios (2007).

Fonte: <https://misscheck-in.com/2012/03/31/delta-do-velho-e-querido-chico-sergipe/>

O município de Brejo Grande, no passado, também foi uma ilha, povoado pelos índios Tupinambás, que viviam na Ilha de Paraúna, doada a Antônio Cristóvão de Barros em 1570. Depois de algum tempo, fizeram uma ligação desta Ilha com o continente, onde se passou à monocultura da cana-de-açúcar. Logo depois, a principal atividade econômica tornou-se o cultivo de arroz, pois a região é bastante rica em terras inundáveis, propícias a este tipo de

cultivo. Após alguns anos, o coco, a pesca e o petróleo tornaram-se fontes econômicas para o município (CHESF, 2011).



Figura 2 – Vista aérea da Foz do Rio São Francisco – divisa Sergipe e Alagoas.

Até a década de 90 do século XX, a Ilha do Cabeço era um pedaço de terra onde residiam algumas famílias, tendo por volta de, segundo relatos dos antigos moradores, 120 casas, onde a população vivia fundamentalmente do consumo e venda da pesca local. A ilha está localizada na região do Baixo São Francisco-SE, região que abrange 14 municípios, totalizando uma área de 1.967,10 Km<sup>2</sup>. Na década de 90 a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) autorizou a instalação da Usina Hidrelétrica de Xingó entre os municípios de Piranhas/AL e Canindé de São Francisco/SE. Com a construção da usina e das barragens no curso do rio, a ilha passou a sofrer com mudanças em relação às suas águas e terras. Ao que parece aos antigos moradores do Cabeço o represamento das águas do rio e de seus afluentes fez com que o volume e a forças das águas diminuíssem, e foi assim que, as maiores consequências na vida de quem habitava a foz do rio se fizeram presentes. Ao final da década de 90, o mar, com força superior ao rio, invade a Ilha do Cabeço, deixando-a quase totalmente submersa e despovoada.

As imagens abaixo referenciam o Cabeço antes e depois da inundação, tendo como referência o local em que ficava o Farol da Marinha:





Figura 3 - Registro fotográfico dos anos 80, séc. XX, do Povoado Cabeço, Brejo Grade – SE, com ênfase no Farol da Marinha ao fundo da foto.

Fonte: <http://www.tribunadapraiaonline.com/news/cabe%C3%A7o%3A-altera%C3%A7%C3%B5es-geomorfologia-e-din%C3%A2mica-fluvial-da-foz-dos%C3%A3o-francisco>.



Figura 4 – Farol localizado na Ilha do Cabeço.

Fonte: <http://www.tribunadapraiaonline.com/news/cabe%C3%A7o%3A-altera%C3%A7%C3%B5es-geomorfologia-e-din%C3%A2mica-fluvial-da-foz-dos%C3%A3o-francisco>.

Para melhor compreensão, o Farol que pertencia à Ilha do Cabeço e que ficava próximo ao povoado, por trás da Igreja Católica, no ano de 1956, encontrava-se a 280 metros da linha da costa. Com as mudanças aceleradas com a redução da linha da costa, no final da década de 1980, o farol já estava a 130 metros da praia da Ilha do Cabeço, com o aumento expressivo do mar sobre a ilha (SILVA, 2014, p. 76).



Figura 5 – Antigo Povoado Cabeço, sofrendo com o avanço do mar (em destaque, o Farol do Cabeço). Fonte: <http://culturadebrejogrande.blogspot.com.br/>



Figura 6 – Navegação pelas águas que submergem o antigo Povoado Cabeço hoje, séc. XXI. Fonte: <http://www.overmundo.com.br/guia/banho-em-saramem-e-na-resina-sob-as-bencao-de-sao-francisco>.



Do Cabeço – denominação afetiva – ainda resta uma estreita faixa de areia que não ficou submersa e que tem alguns barracões de palha onde as pessoas podem passar temporadas. A ilha fica localizado, segundo um antigo morador da região, na ilha do Samoco. Segundo Silva (2014) a denominação “Cabeço” pode advir de duas explicações: seu formato lembrava uma cabeça humana; ou/e a região era muito freqüentada por pássaros do tipo cardeal, vulgarmente conhecido como “cabeço”. A ilha era considerada pelos seus antigos moradores uma terra fértil e frutífera com relação às possibilidades de subsistência. Muitas pessoas saíam de suas regiões, regiões mais áspersas, difíceis de sobreviver, como o sertão, para ir tentar a vida na ilha.

Além da fartura e qualidade do pescado, tanto marítimo quanto fluvial, a terra e o clima seriam de condições ideais para o cultivo de arroz e coco. Essas atividades eram reguladas e regulamentadas pela Marinha do Brasil, e não era qualquer pessoa que podia adentrar e morar na região. Tinha de ter conhecimento sobre pesca e, sendo assim, a Marinha poderia ou não conceder terras para esta família fazer sua moradia.

O Farol do São Francisco do Norte foi instalado em 1873, sob as instruções do então engenheiro J. A. T. Macedo, sob os fortes auspícios da Marinha Brasileira. Esta instalação está na matriz da sociabilidade no povoado Cabeço, no séc. XIX (Laudo Pericial, 2015, quesito de nº 31).

Os conhecimentos adquiridos acerca da prática da pesca na época da ocupação do antigo Cabeço eram passados de geração em geração, dentro do círculo familiar ou de amizades, o que mostra a tentativa de preservação da cultura da pesca artesanal. Assim, para Silva (2014):

Tais questões anunciam a riqueza dos processos sócio históricos, econômicos, culturais e políticos (a presença da Marinha) na formação e conformação da territorialidade da ilha do Cabeço. A pesca foi a marca indelével de tudo isso, sendo iluminada pelas práticas institucionalizadoras da Marinha no uso do lugar, no que diz respeito ao acesso à ilha enquanto local de moradia e trabalho. (p. 71).

O Conjunto Habitacional Saramém começa a ser ocupado na virada da década de 90 para o ano de 2000, quando, devido às mudanças ocorridas na vazão da foz do rio, o mar consegue avançar cada vez mais em relação a este, inundando, por exemplo, a Ilha do Cabeço. No início da ocupação do Saramém, ao final da década de 90 do séc. XX, o território dispunha para moradia de apenas 80 casas. Como iria amparar e acolher todos os afetados pelas inundações à Ilha do Cabeço, que tiveram que emigrar do seu território? E além disso: agora tendo de se submeter à mudança de região para viver e habitar, será que este novo lugar,

destinado a ser moradia, conservaria e preservaria aquelas formas de relacionar-se, tanto com a novo território e novos moradores quanto com a natureza, sendo esta a maior fonte de recursos para subsistência dos ribeirinhos?

Aos nossos olhos parece que as coisas estão trilhando um caminho distinto. No Cabeço, nem todos que quisessem podiam morar na ilha; tudo era regulado pela Marinha, que cedia pedaços de terra da Fazenda Arembipe, na ilha, a pescadores que dominassem a prática da pesca artesanal. Com a realocação dos antigos moradores da Ilha para o Novo Conjunto Habitacional do Saramém (NCHS), alguns aspectos mudaram. O Saramém, no início, contava com 80 casas; no ano de 2013, segundo Albuquerque (2013), o conjunto já contava com 124 casas, e também foram construídas outras casas pela prefeitura de Brejo Grande, Caixa Econômica Federal, Norcon entre outras empreendedoras. As casas foram distribuídas aos moradores das regiões próximas que foram afetadas pela alteração nas águas, incluindo famílias do estado de Alagoas, na região da foz. Segundo esta autora,

O NCHS é uma comunidade que se formou com a junção de comunidades pesqueiras e não pesqueiras, como as comunidades de pescadores do antigo Saramém, de Resina, e do Povoado do antigo Cabeço, além de uma parcela de não moradores não pescadores que vieram de outras regiões, como Piaçabuçu, no estado de Alagoas, Brejão dos Negros e Brejo Grande – Sergipe, entre outros (Albuquerque, 2013).

Hoje, segundo informação recentemente adquirida com uma das professoras de uma das escolas do conjunto, o NHCS conta com, aproximadamente, duzentos e sessenta e nove (269) residências (registro em diário de campo do dia 17 de fevereiro 2016). Há barracões de palhas de coqueiros, que formam, quase, uma periferia do povoado, que também deverão entrar nessas contas: eles contabilizam um número de nove habitações.



Figura 7 – Disposições de casas e estabelecimentos no Conjunto Saramém. Fonte: Google Maps, 2015.

Com as nossas visitas pudemos ouvir alguns relatos de ex-moradores do Cabeço e que agora residem no Saramém. A conversa do povo mais antigo é quase sempre a mesma: *“Ah, aqui não é como o Cabeço, não... antigamente era o povo mais unido”*. Esta queixa é sempre recorrente, e marca todas as nossas idas à campo. A saudade que se tem do Cabeço ou da época da existência do Cabeço é significativa entre os migrantes. Parece ser o início de toda narrativa adulta.

O Saramém é fundado pela saudade de um lugar outro e pelo respectivo modo de existência. As condições de sociabilidades naquela região eram configuradas de forma diferente da atual, que passa por constantes mudanças, inclusive pela introdução de artefatos condizentes com o do processo da globalização, que compõe as afetividades das relações modernas.

Quando habitavam o Cabeço, os moradores não tinham acesso à energia elétrica, nem serviços de saneamento básico e infraestrutura. Hoje, com o êxodo provocado pela inundação da ilha, os habitantes do Saramém estão em área continental, e não mais isolados, ilhados, como antes viviam; e contam com o parcial abastecimento desses recursos como atuais meios de produção de sua existência.

A energia elétrica foi uma grande novidade para os novos moradores do Saramém. Entrando nas casas das pessoas ou simplesmente circulando pelo conjunto, logo percebe-se a influência dos hábitos de “outra gente”. Sons em volumes altos, tocando músicas de ritmos da moda, espalhando composições entre o sagrado e o profano. Os aparelhos de Tv estão quase sempre ligados, mesmo que ninguém esteja os assistindo. Os refrigeradores possibilitam a formação e o consumo de novos hábitos alimentares. Lá também existe um posto de saúde, duas escolas (de ensino primário e fundamental), bares, lanchonetes, mercearias e igrejas. Algumas crianças brincam na rua. Esta foi a primeira cena que chegou a meus olhos quando pisei no Saramém pela primeira vez.

Ao ver algumas crianças brincando com galinhas, gatos e cachorros na rua do Saramém, senti uma saudade de uma infância que não foi a minha. O fato de ter visto as crianças correndo atrás dos bichos no meio da rua rendeu-me a sensação de que existia uma infância que preservava a memória de um lugar, um passado de brincadeiras e interação com a natureza e com o território preservado. Naquele lugar em que eu estava, naquele momento, eu fui feliz.

Como a maioria dos moradores daquelas regiões mais isoladas, as crianças do novo Conjunto também parecem um tanto acanhadas quando circulamos pelo espaço. O olhar delas guarda a curiosidade de saber quem somos e parece também querer despertar nossa curiosidade em saber quem são e o que fazem essas crianças.

O Saramém parece ser um local tranquilo, de pouco movimento. Quem é “de fora” e já visitou o Saramém costuma dizer que este lugar “não tem nada; só uma pracinha e uma igreja”. Aos fins de semana o movimento de pessoas que não moram na área aumenta, pois, por se tratar de um lugar à beira do rio, dito de certa maneira “paradisiaco”, as pessoas vão até os bares mais próximos à beira do rio e ficam, durante todo o dia, apreciando a vista e saboreando os pequenos peixes capturados ali mesmo, sob o som de música alta, quase que ininterruptamente.

Fora do isolamento da antiga ilha, os atuais moradores do Saramém têm a sensação de que o lugar atual oferece riscos à segurança, já que agora a entrada e saída de pessoas não pertencentes à comunidade, é livre e pode ocorrer durante qualquer momento do dia ou da noite. Alguns moradores também associam esse sentimento de medo e insegurança ao consumo e circulação de drogas, principalmente ilícitas, que provocam desconfiança entre vizinhos e pessoas que circulam pela área.

Além dos aspectos já mencionados, existem tensões entre os moradores do conjunto relacionados à distribuição e o direito às casas construídas por empreendedoras no local. Em momentos de discussões entre as pessoas, ficava nítido que há conflitos na área devido ao direito às casas, pois os antigos nativos do Cabeço parecem que não lidam tão bem com a distribuição de moradias às pessoas que não pertenciam à antiga ilha, como os que vieram do lado alagoano da foz para habitar o Saramém, como também àqueles que não são pescadores. O êxodo de um povo de uma região insulada para uma outra que tem tantas influências terrestres, principalmente pela época e pelo intuito sob o qual fora construída, provocou e ainda provoca ressignificações nos modos de vida; associa-se também o deslocamento do referencial cultural, principalmente no tocante à atividade pesqueira, já que a dinâmica desse trabalho teve de ser modificada tanto pelo deslocamento espacial dos pescadores e dos tradicionais locais e estilos de pesca, bem como dos impactos ocorridos frente à interferência do homem na natureza, como o exemplo da construção de grandes barragens. Os frutos do mar já não são mais encontrados nos mesmos locais, nas mesmas quantidades e qualidades. O mar salinizou parte do rio e certas espécies desapareceram (Silva, 2014). Espécies exóticas estão sendo colocadas artificialmente nas águas do São Francisco pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF, 2003) visando a procriação e aumento da fauna fluvial.

Os impactos na vida do rio, na fauna e na flora, dos ribeirinhos, do espaço, da cultura pesqueira, nas formas de sociabilidades e nos laços estabelecidos no e pelo território conformam tantas possibilidades de compreensão do mundo e de ressignificação da cultura e das condições de existência territoriais.

No Saramém a atividade pesqueira tem sua importância, mas não cumpre a mesma função laboral e existencial de antes. A diminuição do volume das águas do rio e dos afluentes, fez com que a ocorrência de peixes no local diminuísse drasticamente, e a invasão do mar fez com que a água do rio se tornasse salobra e imprópria para a manutenção da vida de algumas espécies de peixes de água doce. Com isso, o pescado foi ficando cada vez mais escasso e a população ribeirinha tendo que adaptar as suas vidas à outra rotina para que pudesse sobreviver.

Hoje, alguns pescadores relembram a fartura de outros tempos, em que o rio e o mar davam bons frutos, mas que falando-se na questão econômica hoje se tem basicamente a mesma condição: se antes o pescado era mais abundante, o valor era menor; hoje, estando cada vez mais raro, o pescado custa mais caro. Ficam “elas por elas”. (Silva, 2014).

O turismo vem ganhando importância na manutenção e reconhecimento da comunidade. Logo na entrada do povoado, existe um estabelecimento que funciona como Associação das Doceiras do Saramém. A todo o momento as mulheres, crianças, e em menor quantidade, os homens, descem à foz do rio para comercializar doces, principalmente as famosas cocadas artesanais, nos sabores de maracujá, coco e coco queimado, com os turistas que passeiam pela região.

O primeiro contato que a autora deste trabalho teve com a localidade da pesquisa foi através de uma perícia encomendada pela Justiça Federal do Estado de Sergipe a um dos professores do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (GEPEC), grupo este que sempre se ocupou com a análise das instituições e das relações que estas mantêm com os diversos modos de vida de coletividades. A participação na perícia judicial foi proposta em março de 2011, dando início à formação da Comissão Pericial para atuar nas Ações Cíveis Públicas de Responsabilidade por Danos Ambientais que tem como requerentes a Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém (Processo nº 0000420-35.2003.4.05.8500) e a Associação Comunitária do Povoado Cabeço e adjacências (Processo 00002809-27.2002.4.05.8500) e ambas ajuizadas em face da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e outros.

A equipe socioambiental assumiu o desafio de dimensionar o aspecto socioambiental em questão, levando em consideração a resolução que introduz a dimensão sociocultural nos estudos EIA/RIMA, destacando uma ampla extensão dos conflitos em curso que não estariam contempladas na noção de impactos ambientais que não levassem em conta o social<sup>1</sup>.

De acordo com relatório acadêmico de Lima (2014):

O objeto dos processos – são dois os processos, que desde o ano de 2009 tramitam juntos devido à conexão fática – é uma indenização por danos ambientais que os moradores do antigo povoado do Cabeço pretendem. Os antigos habitantes desta comunidade, que fora inundada e destruída pelo avanço da cunha salina do mar alguns anos após a construção da barragem da Hidrelétrica de Xingó, incumbem à CHESF, proprietária do empreendimento, a responsabilidade pelo ocorrido. [...] Em 2002, a associação do extinto povoado decide ingressar em juízo com ação civil pública por danos ambiental, com fins a restituir aqueles prejudicados com a perda de seus patrimônios. (p. 02).

---

<sup>1</sup> O termo *social* possui uma diversidade de acepções. Aqui utilizar-se-á principalmente *social* no sentido amplo de *cultura*, como remetendo ao *fenômeno do homem* (WAGNER, 2010) e de condições de *subjetivação* entendida como “o processo pelo qual os homens estabelecem determinadas relações consigo mesmos” (Laudo Pericial, Glossário, item 27, 2015).

Desde a aprovação no mestrado ouço falar neste tal local onde estava se fazendo uma perícia, chamado Saramém, em Brejo Grande, na foz do rio São Francisco. Na sala do GEPEC, no ano de 2014, havia uma painel com o mapa do Baixo São Francisco (BSF) sergipano, e ao conseguir localizar o Saramém entre tantos outros pontos geográficos, sem nunca ter ido lá, só pensava que gostaria muito de conhecer aquele ponto no mapa, já imaginando como seria o cenário.

Olhei algumas fotos, assisti a curtos vídeos da equipe em atuação na região, li alguns materiais que esta equipe vinha produzindo para composição do laudo (esta perícia estava em andamento desde 2011). Obviamente, pela via da imaginação, começa a tomar contornos (afetivos) e alguns investimentos são feitos a partir da discursividade sobre o local. Torna-se necessário conhecer (por imersão) o cotidiano da região e lançar luz sobre os aspectos que singularizam as dinâmicas das relações com o fim de compreender as sociabilidades emergentes.

## 2. OBJETIVOS

O maior objetivo deste trabalho se constitui em torno de esboçar as dimensões das sociabilidades e modos de vida na Ilha do Cabeço, Brejo Grande/SE, em relação aos modos de vida e de produção material e simbólica presentes no século XXI no Conjunto Saramém, no mesmo município, sob o signo da promessa capitalista de “desenvolvimento para todos”. Para via de concretização deste objetivo, é necessário fazer um esboço sobre modos de vida no antigo povoado Cabeço e atual povoado Saramém, bem como analisar as práticas que sustentam as relações entre os modos de se viver há vinte anos e os dias atuais; também buscaremos conhecer o dia-a-dia das famílias e seus modos de expressão no território onde vivem.

Para encerrar os as análise a que se propõe este estudo, poremos em pauta na discussão aspectos e valores do mundo contemporâneo que atravessam a produção de um novo povoado e de sua gente, que incide na cultura (produção material) que constitui esta região.



### 3. JUSTIFICATIVA

Os homens se relacionam com o meio em que vivem, os quais oferecem (ou não) subsídios para a manutenção da vida. A partir das relações e experiências com os componentes do meio, o homem atribui sentido às coisas ao seu redor, podendo estas lhe servir orgânica e afetivamente. Sujeitos, coisas e mundo são invenções afetivas que constituem a teia das relações.

Os sentidos se estabelecem antes pela afetividade que se cria nas relações entre as coisas. Assim, cada coisa assume um papel e um lugar no mundo simbólico dos sujeitos, que também atribuem a outros sujeitos outros sentidos. As relações fundamentam-se em valores que são atribuídos e reatribuídos aos mais diversos fatos que fazem parte da lógica do cotidiano. Em um determinado meio social, pessoas se comunicam via um mesmo sistema simbólico que permitem o fluxo dos sentidos e significados. Cohn (2009), em seu livro *Antropologia da Criança*, afirma que

[...] não são os valores ou as crenças que são os dados culturais, mas aquilo que os conforma. E o que os conforma é uma lógica particular, um sistema simbólico acionada pelos atores sociais a cada momento para dar sentido a suas experiências. Ele não é mensurável, portanto, e nem detectável em um lugar apenas – é aquilo que faz com que as pessoas possam viver em sociedade compartilhando sentidos, porque eles são formados a partir de um mesmo sistema simbólico. (p.19)

Esse movimento de produção de sentido é constante e inevitável entre os homens. Os sentidos produzidos nas relações são depositórios de afetos que conformam os valores das coisas, que são formulados, negociado e compartilhados a partir das elaborações resultantes das experiências singulares nas relações com os objetos, os seres e o meio.

Quanto aos elementos que distanciam os conjuntos de crenças e símbolos que moldam os modos de produção de vidas, tanto na antiga Ilha como no Conjunto, algumas considerações necessitam de serem feitas para o seguimento deste trabalho.

Através de relatos, narrativas sonoras e impressas, constatamos distanciamentos nas condições de vida nas duas localidades, principalmente pelas formas de acesso aos recursos que tornam a vida, supostamente, “mais descomplicadas”, se pode assim ser dito; estes

acessos são a garantia aos direitos básicos à manutenção das vidas em sociedade – direito à alimentação, moradia, saúde, educação, infraestrutura e saneamento – que hoje podemos constatar, em parte, presente no Saramém, diferentemente do Cabeço.

Obviamente, as contingências das Políticas Sociais do Governo Federal, que hoje se viabilizam em forma de programas de governo para assistência à determinados grupos sociais tidos como vulneráveis, modificam os modos de produção e consumo de recursos vitais para a condição social da existência.

O distanciamento entre estes modos de vida (o que se tinha ao fim do séc. XX e o que emerge no início do séc. XXI) é o que pretendemos por em análise, uma vez que estas modificações acabaram acontecendo - coincidentemente ou não – pela diáspora de quem habitava uma zona insular para uma zona continental. Será que tal deslocamento espacial faz deslocar o conjunto de crenças e valores que faz consistir a vida dos habitantes imersos naquela cultura?

As formas de sociabilidades existentes nos mais diversos territórios, conformados pelas singulares formas de povoamentos e suas mais diversas manifestações culturais, são garantias de direitos na Constituição de 1988, artigos 125 e 126, que asseguram tais manifestações como patrimônio material e imaterial brasileiro. Assegura-se também a garantia pela sustentação dos modos de vida produzidos pelos mais diversos segmentos populares.

Além dessas garantia via Constituição brasileira, há também nesta mesma lei referências aos cuidados que se deve ter quanto à instalações e construções de empreendimentos que se utilizem de certas tecnologias sobre os recursos naturais para fins de extração e comercialização. Estas condutas devem ser monitoradas e cautelosamente postas em prática visando, para além dos objetivos de fins lucrativos, que as medidas de extração desses recursos não devem violentar a fruição ambiental das regiões onde estes empreendimentos estão locados e nem causar impactos e alterações nos modos de vida das zonas populares nas regiões onde se localizam.

Trata-se do problema da sustentabilidade, e para entender como deve ser considerada a questão da sustentabilidade nesta região, deve-se estar a par das condições e modos de produção das vidas no local, e do enquadre no modelo neoliberal econômico à que pertence. Segundo dados que fundamentam o laudo pericial, os modos de produção na região do BSF estão atrelados aos fortes subsídios ideológicos dos modos de produção capitalista, que

almejam obter a lucratividade a partir da lógica da acumulação, acima de qualquer outro objetivo designados pelos meios (técnicas).

As condições que se têm no curso do desenvolvimento da sociedade brasileira são, em certa medida, questionáveis pois, seguindo os pressupostos do desenvolvimento capitalista, tem-se, acima de tudo, a superutilização de recursos naturais, os quais não se pensava ser de cunho extracionistas, como a água e o ar, e que hoje são elementos que montam o quadro do extrativismo natural para fins de transformação destas matérias prima em produtos para comercialização, tidos como indispensáveis para a vida humana. Neste caso, o produto é a energia elétrica.

Com a autorização e a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Xingó, e tendo esta regulamentação e patrocínio de órgãos de poder público, a região do Baixo São Francisco passa a ser atravessada por outros discursos e novas formas de produção das condições de vida e de existência, material e simbólica. Um dos propósitos do laudo pericial foi o de estabelecer as formas pelas quais se distanciam as sociabilidades frente às incidências discursivas que amoldaram as relações dos homens com o meio para a sua existência e sobrevivência. Também pretendem apontar as discrepâncias entre a efetividade destes discursos e o dia a dia das pessoas que vivem na região operando estas discursividades.

O discurso desenvolvimentista, privilegiando relações de comercialização e obtenção de lucro pelos empreendimento feitos, que objetiva o aprimoramento de capacidades rentáveis frente a recursos naturalmente dados, se contrasta com o que se ouvia sobre o cotidiano dos habitantes do Cabeço, que praticamente trabalhavam para viver. Estas formas de trabalho de cunho de subsistência, também se utilizaria dos recursos naturais, como favoráveis para o cultivo de grãos, frutos tropicais e pasto para a alimentação do gado, e é claro a pesca. Toda atividade humana realizada naquelas regiões estava sob o supervisionamento e controle da Marinha do Brasil, que regulamentavam as práticas dos habitantes sobre o território.

Questões de sustentabilidade da economia e da autonomia da região faz pensar que, segundo os moldes da sociabilidade do antigo Cabeço não se coadunam aos *scripts* que fizeram erguer, na prática, o empreendimento para a construção da barragem de Xingó. O cuidado e o singelo uso dos recursos naturais como forma de “tirar” a sobrevivência no povoado Cabeço, contrastam fortemente com o forte discurso progressista e desenvolvimentista que alimenta perspectivas de um futuro farto, e suas inúmeras e desconsideráveis consequências.

Hoje, o que se vê em Saramém, são rotinas em que se percebe as reverberações dos atravessamentos do poder do Estado sobre a vida daqueles que habitam o território e região, sob a égide do alcance do “desenvolvimento para todos”. Podemos até começar pelo acesso à energia elétrica, que antes não se tinha, e que hoje condicionam as relações pessoais e ambientais que se dispõe na região. A mesma energia elétrica gerada pela utilização das forças das águas do Velho Chico, fazem chegar às casas dos ribeirinhos, através das ondas de rádio e TV, o discurso proselitista do “desenvolvimento para todos”.

O atual trabalho tem como inspiração a etnometodologia e o método etnográfico. A etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de “todo comportamento socialmente organizado” (Coulon, 1995, p. 30). Entende que as ações desenvolvidas pelos atores é guiada pelo seu raciocínio prático, fruto dos momentos particulares vivenciados e experimentados a cada ato interacional (Guesser, 2003). Estas ações fazem parte de uma realização processual contínua e contingente, envolvendo elementos subjetivos sustentados mediante senso comum dos indivíduos que agem nas práticas contextualizadas – sendo, por isso, uma objetividade localizada no tempo e no espaço, direta e indissociavelmente dependente de significados atribuídos, ou seja, uma intersubjetividade (Oliveira e Montenegro, 2012). A intersubjetividade, esse caráter compartilhado da interação cotidiana, é uma realização ininterrupta, um conjunto de entendimentos sustentados momento a momento pelos participantes em interação (Holstein e Gubrium, *apud* Oliveira e Montenegro, 2012).

Ao todo, até o momento da produção deste material, foram realizadas seis visitas ao local. Três delas foram visitas pernoitadas, e as três demais visitas duraram períodos manhã e tarde.

No dia doze de setembro do ano de dois mil e quatorze (12.09.2014), começamos nossas visitas à região. O pessoal do grupo de pesquisa envolvido na perícia já estava no trâmite há, mais ou menos, dois anos. A pesquisa pericial teria, no momento inicial, de percorrer as regiões do Baixo São Francisco-SE, que compreende uma área de 1.967, 10 Km<sup>2</sup> e é composto por 14 municípios: Muribeca, Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. Esta pesquisa teria de investigar o debate sobre impactos ambientais travado no processo, observando o que desse debate diz respeito à ação das políticas por um lado e a atividade dos grupos locais por outro (Lima, 2014). Neste primeiro momento da pesquisa, relacionado à perícia, eu não estava envolvida

no processo. Ingressei no mês de março do ano de dois mil e quatorze. Foi quando, pela primeira vez, ouvi falar nos povoados Saramém e Cabeço. A princípio a proposta de pesquisa na região me pareceu inusitada, mas não haveria porque não pensar aceitá-la.

A inspiração etnográfica no Saramém e no Cabeço, ao longo desses dois anos, me possibilitou, além de conhecer mais sobre a história e geografia dos estados de Sergipe/Alagoas e principalmente sobre o rio São Francisco, vislumbrar aspectos de constituição de territórios e sociabilidades dos locais por onde passei. O conhecimento sobre a área de pesquisa vem sendo constantemente fomentado por produções acadêmicas específicas sobre o local e seus habitantes, principalmente dissertações na área de estudos sobre meio ambiente.

Assim, pretendo utilizar do conhecimento adquirido sobre esta região específica do município de Brejo Grande através da captação e compreensão da linguagem do lugar, concordando que:

O mundo social é constituído de ações interacionais entre os agentes, que são desenvolvidas pelo uso da linguagem. As intenções, ações, pedidos, ordenamentos, ensinamentos, trocas de auxílio, etc. são comunicadas através da linguagem estabelecida entre os atores, uma linguagem que não é ordenada e radicalmente fixa, mas que é flexível e adaptável, conforme o grupo de agentes que a desenvolve. Para os etnometodólogos, compreender o mundo social, antes de tudo, é compreender a linguagem que este mundo se utiliza para se fazer compreensível e transmissível. (Guesser, 2003, p. 159).

Como um dos interesses da pesquisa é analisar os aspectos constitutivos das sociabilidades em determinado local, e quais são os sentidos atribuídos ao local pelos seus habitantes, pretende-se explorar e analisar a produção do sentido no cotidiano nas diversas culturas por meio da pesquisa qualitativa.

Durante a formulação do problema de pesquisa e idas a campo, uma das características que me chamou a atenção foi a relação das crianças com o seu território. Por um período, no espaço temporal de cinco meses com o intuito de observar como as crianças transitavam pelo Saramém, foram realizadas duas visitas e feitos alguns registros audiovisuais. Foram feitas visitas a uma escola, onde pude conversar com a equipe pedagógica e com algumas crianças que estavam em recreio.

Para tal, algumas atividades forjaram formas livres de expressão em desenhos e livre brincar da criança pelos espaços do povoado e demais regiões.

O discurso infantil foi utilizado como fonte de inteligibilidade para este espaço. Entende-se, também, que há uma infância que é constituída a partir da relação com o

território; ou seja, existe uma via de mão dupla no sentido desse trabalho. Capturar nos relatos, brincadeiras, atividades e rotinas dessas crianças, nuance de infâncias que são frutos das interações nesse lugar, que fala dele, que também produz e reproduz esse lugar; ou seja, o território que produz e é produzido pelos participantes.

A tensão dessa pesquisa se marca pela busca em dar visibilidade que se quer a transformação de uma “comunidade” pesqueira, de seus habitantes e de sua cultura, que têm suas formações ainda muito recentes, e que vem sendo marcadas por alterações nas relações entre o homem e o meio em que vive.

A metodologia movida pelas etnografias e etnometodologia possibilitaram que as narrativas pudessem fluir livremente, sem que houvesse direcionamentos orientados por questões ou assuntos específicos.

A inspiração etnográfica permite que o pesquisador adentre no mundo dos estranhos que compõem o campo de pesquisa. Os hábitos, costumes, crenças, conjunto de valores e rituais se revelam na análise do cotidiano, que se estrutura através dos discursos, que antes de pertencerem aos indivíduos individualizados, fazem parte da trama que tecem relações entre o Poder (Estado) e os seus súditos.

Os discursos se constroem e se revelam através das práticas, onde as ações dos indivíduos são tomadas, antes de tudo, não pelo próprio sujeito, mas por um conjunto de causas e consequências simbólicas, instituídas pelos discursos exógenos à realidade prática dos sujeitos; estes passam a incorporar valores à práticas antes destituídas de sentido.

Para tal compreensão, uma vez que a etnometodologia fixa para si o objetivo de mostrar os meios utilizados pelos membros para organizar a sua vida social comum, a primeira tarefa de uma estratégia de pesquisa etnometodológica é descrever o que os membros fazem (Coulon, 1995).

Assim, temos na etnometodologia não um método de pesquisa propriamente dito, mas um sistema de análise acerca dos métodos que as coletividades constroem para se organizarem e funcionarem. É válido frisar que estudos etnometodológicos não visam à prescritividade a partir das análises racionalmente inclinadas dos fenômenos sociais aos quais eles se prestam a fazer, não formulando soluções para ações práticas a partir de julgamentos de valores sobre elas (Oliveira e Montenegro, 2012). Por isto, convém destacar que o trabalho da etnometodologia não consiste em modificar, contribuir, detalhar, dividir, explicar, fundamentar a relação ao raciocínio sociológico profissional. A preocupação da etnometodologia é com o raciocínio sociológico prático (Coulon, 1995).

Para o esboço do texto, optou-se pela estrutura de índice que contemplasse os primeiros contatos com o campo de pesquisa, quando muito se ouvia falar na ilha do Cabeço e na destruição da mesma pelo mar, até os elementos constitutivos em análise que formam a atual sociabilidade que encontramos no conjunto Saramém, no mesmo município.

Desde a minha primeira visita ao povoado, quando chegamos de *van* com o nome da Universidade Federal de Sergipe na lataria do carro, percebi que por onde transitávamos chamávamos muita atenção. Todos olhavam pra nós, sempre com muita simpatia e dúvida nos olhos. Alguém do nosso grupo falou “demorei um pouco para pegar o ritmo da pesquisa aqui, mas agora está tranquilo”; neste momento, entendi nesta colocação que “pegar o ritmo” seria não estranhar tanto os olhares, naturalizar-se com o processo de pesquisa, capturar as nuances do choque com o novo.

A todo o momento eu sabia que estava ali como pretensa pesquisadora, e temia que esta minha posição pudesse interferir de algum modo nas relações que estabelecia com os moradores do povoado. Mas também tinha a certeza de que a posição que estava me colocando naquele momento guardava algo de potencial, e que bastava a mim ter sensibilidade suficiente para operar naquela relação.

Pudemos andar, conversar, rir, se banhar nas águas do Velho Chico, comer xaréu e atum frescos com algumas pessoas do Saramém, mas tinha a sensação que os olhares que nos direcionavam guardavam alguma questão, do tipo: “quem são vocês e o que vocês estão fazendo aqui?” E pude confirmar essa minha intuição num momento específico, em um dos nossos encontros, que fora marcado pela fala da presidente da Associação de Pescadores, que dizia: *“acho que metade das pessoas que está aqui não sabe nem quem são vocês nem para quê está aqui”*. Nós, depois de quase dois anos de pesquisa, com algumas visitas a campo, entre conversas e entrevistas, ainda éramos estranhos. Mas este disparo da presidente foi fundamental para que as pessoas tivessem de opinar sobre o que estavam sentindo naquele momento em relação à aquela nossa estranha presença institucional. Nesta reunião, cada participante que opinava revelava em sua fala os lugares criados por eles a serem ocupados por nós e por eles neste tempo de pesquisa e naquela determinada situação. Nossa presença e interferência lá ora podiam prejudicar ora beneficiar-lhes, de alguma maneira. Nada estava claro, e tudo encaminhava-se para a etapa do afloramento e desentendimento intergrupal.

É com esta posição que prefiro pensar o Cabeço e Saramém, como quem quer desentender o lugar de pesquisa. Quando menciono “desentender” significa que existem discursos que marcam lugares, pessoas, condições de vida; esses discursos produzidos e

reproduzidos fortemente estereotipam essas mesmas categorias, petrificando a dinâmica das relações em que se produzem o conhecimento acerca delas. O desentendimento desestabilizaria estas certezas e abalaria a hegemonia dos conceitos.

As negociações afetivas são fundamentais para que as ações e as conotações acerca das coisas do mundo ganhem sustentação no mundo simbólico que fundamentam as discursividades. O discurso constrói os acontecimentos, pois eles, não são, em princípio, nem bons nem maus, nem verdadeiros nem falsos (Foucault *apud* Golobi & Mendonça, s/d). A verdade, portanto, não existe a priori, ela é construída pelo discurso.

Ouvi falar bastante nestes últimos anos sobre esses locais, mas tento permitir deixar-me afetar pelo cotidiano do lugar e dos seus habitantes; pelas falas, histórias, culinária, costumes, dia-a-dia e modos de povoar. Não seria enriquecedor se tivesse apenas o intuito de conhecer sem estranhar. Então hoje, depois de dois anos no mestrado, consigo vislumbrar um horizonte nessa jornada: saber sobre as um povoado que fora erguido afim de servir como novo lar para os desabrigados de uma tragédia ocorrida no fim da década de 90, o que os levou a ter de criar e estabelecer novas formas de relações com o novo espaço, para habitar, viver e se desenvolver. Saber sobre os impactos oriundos da instalação da Usina de Xingó para a comunidade e de que forma se estabelecem as sociabilidades entre os indivíduos, nos povoados (Cabeço e Saramém), nas rotas turísticas e não turísticas da região e como essas sociabilidades vêm emergindo e produzindo outras formas de configurar as dinâmicas dos territórios ocupados.

É importante ressaltar que o curso do desentendimento fomenta uma perspectiva de querer saber emancipando-se do “*a priori*”; blindando-se da estereotipação, ora da vitimização da comunidade, ora do empoderamento absoluto do Estado sobre os espaços e os corpos. Essa perspectiva abre espaço para a escuta das sensibilidades de um espaço, fazendo aflorar um lugar que vem se construindo, alicerçado num drama vivido por centenas de famílias e também na oportunidade para centenas de outras, que encontram um novo espaço (físico e simbólico) para firmar-se. Capturar os cotidianos possibilitará emergir o extraordinário como formas de expressão dos contornos afetivos que permeiam as relações com os territórios e as vidas.

### **3.1 (Re)dimensionando o objeto**



As idas a campo proporcionaram o afloramento de sentidos frente às experiências que vivi; sentindo o cheiro das comidas, a poeira entrando nos olhos, o sol a pino queimando a pele e a cabeça (o que me fazia querer, mais que tudo, mergulhar de cabeça no rio).

As experiências de pisar em um local no qual nunca se imaginou; na verdade, aquele lugar tem sua beleza natural, mas pode-se dizer que é um povoado como outro qualquer. O Saramém hoje, aos meus olhos, já não é mais aquele que me chegou pelas narrativas dos meus colegas e professores, num primeiro momento; nem tampouco aquele que vi pela primeira vez, nem segunda, nem terceira. É engraçado como a mesma coisa nunca será “a mesma coisa”.

O território é construído e conformado pela memória, pela saudade de um tempo e de um lugar outro; pela rede de sociabilidades com a família, demais moradores, vizinhos, agregados e acolhidos; um território discursivo, que é disposto segundo normas e leis das instituições das mais variadas benesses. O território é o lugar do afeto, das práticas e do pensamento; da formação ou transformação do modo de ser dos sujeitos; espaço das trocas simbólicas que formam os laços sociais.

Os hábitos, a linguagem oral e corporal, a cultura são aspectos que marcam tipos de sociedades que se singularizam, também, a partir do espaço (físico) em que ocupam no mundo. No caso desta pesquisa, procuraremos abordar um povoamento que vive às margens de um rio de fundamental importância para a sua subsistência, a saber, o rio São Francisco, que amolda e caracteriza uma comunidade que ainda tem a pesca o seu brasão.

Assim, o lócus da pesquisa, - o Novo Conjunto Habitacional Saramém, localizado no município de Brejo Grande, estado de Sergipe - a partir das suas condições peculiares de existência, produz, por ele mesmo, determinados modos de se entender este território. Retratar o formato do espaço para a territorialização; como e por que o espaço fora construído, as disposições dos estabelecimentos para moradia, comércio, assistência etc., e as transformações estruturais e simbólicas pelas quais tais localidades vêm passando. Daí vem as ordens de distribuição espacial, as ocupações, as habitações, as moradias e o pertencimento; entre tantos outros fatores que vão fomentando a criação de laços afetivos entre as pessoas, instituições e o seu espaço novo para morar.

Assim, neste espaço, além de produzir entendimento e significado sobre o território, produz também novos modos de existência e novos sujeitos de entendimento. O sujeito produzido fala a partir do que ele consegue significar das suas relações com os espaços mais diversos pelos quais transita, e neste caso não seria diferente.

Este é o espaço que quero contar, falar sobre. Fui afetada tanto pelo discurso da ação e ambição do homem em deter o poder sobre recursos naturais, quanto pela comparação à saudosa ilha do Cabeço em seu espaço e suas modulações afetivas na época auge da sua virilidade. E mais uma vez, retorno ao lócus de pesquisa.

Como dito anteriormente, não era fácil sair do meu lugar comum para ir enfrentar as dúvidas de um território desconhecido. Esta pesquisa, na prática, proporciona certa desestabilização cultural, existencial e emocional. Para embasar a inserção em campo dada desta maneira, utilizarei as formulações do antropólogo Wagner (2010) em sua obra *A Invenção da Cultura*<sup>2</sup>.

No tocante ao dito desconforto que ora marcava minhas idas à campo, principalmente quando ia sozinha, ele considera que este fator seja comum entre os pesquisadores acadêmicos:

O antropólogo que chega pela primeira vez em campo tende a sentir-se solitário e desamparado. Ele pode ou não saber algo sobre as pessoas que veio estudar, pode até ser capaz de falar sua língua, mas permanece o fato de que como pessoa ele em de começar do zero. É como uma pessoa, então, como um participante, que começa sua invenção da cultura estudada. Ele até agora experimentou a “cultura” como uma abstração acadêmica, uma coisa supostamente tão diversa e tão multifacetada, e no entanto monolítica, que se torna difícil apoderar-se dela ou visualizá-la. (Wagner, 2010, p. 31).

E continua:

As circunstâncias desconfortantes se devem ao fato de que as pessoas geralmente se sentem desconfortáveis com um estranho em seu meio [...]. frequentemente lhe criam dificuldades como uma forma de “defesa”, para tentar mantê-lo a uma certa distancia ou pelo menos retardá-lo enquanto ele é contemplado e examinado mais detidamente (p. 32).

Tais dificuldades, neste caso, poderiam partir também do lado do pesquisador, que teria de decifrar o que aqueles olhares incisivos sobre “a estranha” estariam expressando. Eu, em primeira pessoa, sentia-me como um “corpo estranho”, que seria expulso por força da natureza das coisas, já que imaginava que por ser totalmente desconhecida entre aqueles habitantes daquela região, e chegar “querendo saber” de fatos acontecidos por lá, as informações que gostaria de obter não seriam-me dadas ou ludibriariam-me acerca das certezas destes fatos.

---

<sup>2</sup> Wagner (2010) põe em consideração suas sensações perante seus tantos trabalhos realizados em comunidades bastante distintas da sua de origem, a qual estava habituado. Ele traz à tona questões sobre cultura, estranhamento, linguagem, sensibilidade e socialidade, que aqui chamarei de sociabilidade.

Porém, desde a minha primeira visita, e apesar dos olhares tortos e duvidosos, muitos nos recebiam com muita simpatia. Lembro de uma senhora que ao me ver junto com os meus colegas, me perguntou: “*você tá lembrada de mim, né?*”? Nunca nos vimos antes daquele momento, mas ela me familiarizou, contando-me sobre a sua família e seu finado marido, o qual fazia “muita falta”. Ele teria “morrido de desgosto”, segundo ela; a saída do Cabeço para o Saramém teria sido a causa do desgosto.

As idas a campo contribuíram para que viesse a formular pensamentos acerca da minha imersão naquele lugar. O fato de estar lá como pesquisadora tinha um peso maior, creio, do que se estivesse lá como turista. Qual a diferença guardada entre estes papéis?

Talvez a academia nos faça crer que nossa condição é “produzir cientificamente”, e isto faz com que busquemos tornar ‘coisas’ em ‘fatos’, sem sobrar dúvidas. Aliás, duvidar é um elemento básico da pesquisa. Se o “penso, logo existo” de Descartes contribuiu de alguma forma para que pensemos acerca da nossa própria existência, as coisas ao nosso redor também existem e nos causam sensações das mais diversas naturezas.

O estranhamento causado pelas sensações que nos causa o contato com “o diferente” é inevitável, uma vez que emergiria do confronto do comum com algo desconhecido. Wagner nos comunica sua versão sobre a insurgência do estranhamento como cruzamento de “culturas”:

O antropólogo pode se sentir inadequado, ou talvez ache que os seus ideais de tolerância e relatividade acabaram por enredá-lo numa situação além do seu controle. Esse sentimento é conhecido como ‘choque cultural’. Nele a “cultura” local se manifesta ao antropólogo primeiramente por meio de sua própria inadequação; contra o pano de fundo de seu novo ambiente, foi ele que se tornou “visível”. (Wagner, 2010, p. 34).

#### A “cultura” para o antropólogo:

Os antropólogos estudam o fenômeno do homem – a mente do homem, seu corpo, suas evoluções, origens, instrumentos, artes ou grupos, não simplesmente em si mesmos mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo. Uma palavra que denominaria esta zona de estudo seria tratada pelo termo *cultura*. [...] A cultura se tornou uma maneira de falar sobre o homem e sobre casos particulares do homem, quando visto sob uma determinada perspectiva. É claro que a palavra cultura também tem outras conotações e importantes ambiguidades (Wagner, 2010, p. 27).

O antropólogo é obrigado a incluir a si mesmo e o seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo, e investigar a si mesmo. Mais precisamente (...) o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras, e para estudar a cultura em geral (2010, p. 28).

Obviamente, estas noções fazem parte de um conjunto de validações que servem, também, aos que realizam trabalho etnográfico. Este trabalho, no caso, se inspira nesta linha de atuação do pesquisador, se valendo da etnometodologia para capturar as nuances afetivas e sociais que formam aquele lugar. Este estudo não é um trabalho etnográfico *per si*, e sim uma inspiração desta natureza.

## 4. ÍNDICE

Para a confecção das considerações feitas neste trabalho sobre as sociabilidades do Cabeço e do Saramém, resgatarei algumas ideias sobre o que vem sendo elaborado em termos de análise da região do Baixo São Francisco sergipano, uma vez que esta região vem sendo alvo de estudos em algumas áreas do conhecimento científico, já que ela vem passando por transições correspondentes a mudanças sócio históricas.

Alguns materiais foram privilegiados como compositores de conhecimento acerca desta região mencionada. O principal, certamente, é o laudo pericial produzido em 2015 por encomenda da Justiça Federal do Estado de Sergipe, que objetiva esclarecer quais os impactos ocasionados hipotética e factualmente pela instalação da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Concomitantemente, fez-se uso de duas dissertações elaboradas por alunos do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe. Como base teórica, entre estas que cito, menciono a importância que teve na direção da trama do meu pensamento as contribuições dos antropólogos Guillermo Foladori e Roy Wagner, e dos filósofos Étienne Balibar e Robert Kurz.

O esquema de reflexão segue a minha rota de passagem na região, desde a minha primeira impressão, com um trecho do primeiro diário de campo, até o momento de produção deste texto. O início fala do que era a Ilha do Cabeço, antiga ilha do município de Brejo Grande, inundada pelo oceano Atlântico, e sua sociabilidade, seguindo-se pelas incidências que acabaram por mesclar outros valores nesta cultura, marcando a passagem para uma nova sociabilidade presente em todo Baixo São Francisco, mais precisamente no atual Conjunto Saramém, no mesmo município.

### 4.1 De “o Cabeço era uma família” às casas do Saramém

Para começar as considerações, teceremos breves aspectos que marcavam o funcionamento e a rotina da Ilha do Cabeço, onde o nosso estudo começa.

O Cabeço, para os seus antigos moradores, era como se fosse “uma grande família”. Lá habitavam, por volta de 140 famílias. Segundo Silva (2014) o Cabeço só abrigava moradores que faziam do seu sustento a atividade pesqueira. Estes mesmo moradores deveriam defender a costa marítima, com intervenção da Marinha, que auxiliou no desenvolvimento do povoado. À Marinha cabia: (1) auxiliar no controle do crescimento de casas, (2) impedir a entrada de pessoas externas e (3) permitir ou não a construção de novos estabelecimentos.

Pieve, Kubo e Souza (2009) afirmam que a organização institucional da pesca começou pelo interesse bélico, no qual a elite brasileira estava preocupada em proteger o litoral do Brasil. Assim “caberia aos pescadores defender a costa. Para isso, foi necessário alistá-los à Marinha de Guerra” (Idem, p. 12). Um dos grandes motivos dos pescadores terem conseguido ficar na ilha foi devido à intervenção da Marinha, que autorizou o desenvolvimento do povoado em parte da mesma, mas com a “condição de controlar o crescimento de casas; impedir a entrada de pessoas externas à comunidade; e, por fim, não permitir que pessoas internas fizessem novas construções” ( *apud* Silva, 2014, pp. 48-49).

Ainda para o autor, o processo de territorialização do Cabeço se dera da seguinte maneira: pessoas foram de diversos locais dos estados de Sergipe, e até de Alagoas, em busca de melhores condições de vida (êxodo):

O pescador F\*, 58 anos, casado, pai de quatro filhos, informou que a razão da chegada de sua família ao local foi o fato de haver muitos peixes naquela época: ‘Naquele tempo dava muito peixe. Aí, eles corria (sic) de lá de Sergipe, porque minha mãe é de lá das Barras dos Coqueiros. Aí saiu das Barras dos Coqueiros e veio morar aqui [Ilha do Cabeço]. (Silva, 2014, p. 54, acréscimo do autor).

Acabou, então, havendo ampliação dos laços sociais e engrandecimento afetivo nas formas de relacionamento entre novos e antigos moradores, o que acabou por resultar em altas taxas de natalidade no local:

*“[...] Aí eu sei que, eu, quando eu cheguei pra morar no Cabeço eu tinha doze anos. Eu sou de 1942...43. Sou de 1943! Aí meu pai tinha que aprender a pescar, e a pescar, aí botou nós pra estudar em Piaçabuçu. Depois de Piaçabuçu botou eu e uma irmã minha para Neópolis. Aí começou a ir botando nas casas dos amigos e eu fiquei! Eu e mais os outros, fiquemos e não aprendemos nada, só a assinar o nome. Assim mesmo eu assinava meu nome porque lá tinha um Cabo de Polícia, chamado ..., que começou a ensinar de noite. Aí foi que eu trabalhava pelo dia e estudava de noite. Foi aí que assinei o meu nome no livro Vamos Estudar (risos). Aí foi esse o único livro que eu estudei. Depois eu comecei a namorar, comecei a namorar, que eu num sei que namoro foi esse... depois, me casei. Aí comecei a ter filho, comecei a ter filho. Sou mãe de oito, tudo mulher” (Registro em áudio, maio de 2015).*

Relatos dos seus moradores apresentam-nos as condições de vida e produção das condições materiais de existência no povoado.

*“[...] Era uma vida sacrificada. Eu tive uma cama, quando eu já tive a segunda filha, né... aí eu tinha uma cama, que em mandei fazer em Piaçabuçu (AL). Aí fez foi um berço, né... cama-berço. Aí quando chegou a segunda eu ia e fazia; naquele tempo existia saco de pano. Aí eu ia e enchia o saco de pano de capim, aí eu atravessava ele no meio da cama. Aí uma dormia uma pra lá outra pra cá (risos).”  
 “Era um sacrifício de vida, sabe... era uma pobreza. Mas todo mundo vivia bem. Vivia bem, era. Porque no Cabeço era uma terra rica, rica para quem tinha vontade de trabalhar. Ninguém passava fome” (Registro em áudio, maio de 2015).*

Algumas contribuições feitas pelo laudo pericial como o referente o que traz seu quesito nº 10 relacionado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Este quesito diz respeito às condições de vida em seus diversos segmentos, como saúde, educação, saneamento, abastecimento de água e energia e cultura no antigo Cabeço. As análises levam em consideração o tempo decorrido entre o início da construção da UHE de Xingó (1987) passando pela sua inauguração (1997), considerando a primeira época de represamento (1994 a 1998), até o ano de 2014.

No povoado ninguém pagava pela água, fosse para qualquer uso e fim. Eram três poços que abasteciam a região, e somente na década de 80 passou a contar com motores no seu funcionamento. No caso da energia elétrica, esta era gerada por um motor, que parava de funcionar às 21h.

Quanto às casas para habitação, segundo Silva (2014), as casas não possuíam escritura, sendo doados pedaços de terra da fazenda Arambipe pela Marinha. As casas eram de taipa, palha, alvenaria, piso de cimento ou terra batida. O “Conselho” formado para administrar o povoado teria também controle sobre a fiscalização das ocupações das terras. O Conselho era formado por um presidente e cinco conselheiros, escolhidos pelos moradores. Estes ficavam responsáveis pela administração do povoado, assim como fiscalização das moradias e guardiões da ordem.

As ruas não eram pavimentadas e eram locais pacatos para se bater papo, tecer as redes de pesca e fazer festas. Também eram bastante tranquilas, podendo até dormir de porta aberta para entrar vento, desse modo, prescindia-se de ventilador.

Em nenhum dos materiais consultados (Albuquerque, 2013 e Silva, 2014) e relatos de moradores, há registros quanto a existência de esgotamento sanitário nem coleta de lixo.

O sistema de transporte para fora da ilha se dava por meio de dois barcos, que na maioria das vezes iam até Piaçabuçu (AL) e Brejo Grande (SE). Dentro do povoado o transporte mais utilizado era burro de carga.

No antigo povoado também não tinha posto de saúde. A Marinha levava, de ano em ano, uma equipe de médicos e dentista para consultar a população e fazer pequenas cirurgias.

Quanto aos dispositivos para educação, a única escola que havia era a da Marinha, voltada exclusivamente para a alfabetização; foi depois que a prefeitura do município de Brejo Grande inaugurou outra escola.

Como fontes de renda do povoado, certamente se tratava da pesca artesanal; o cultivo de coco e arroz complementavam a renda.

Quanto aos modos de habitação e construção de casas na época viril do antigo Cabeço, caso fossem necessárias novas construções, era convocada reuniões com representantes do Conselho para discutir a viabilidade e a permissão para tal, tendo ou não o aval da Marinha.

A abordagem de outro quesito<sup>3</sup> do laudo faz uma análise sobre os modos de sustentabilidade socioambiental acerca dos recursos e tecnologias de produção das usinas, sob a égide do forte e avançado desenvolvimento econômico da região. Para tal dimensionamento dessa análise, o estudo vai recorrer à reflexão sobre os modos de produção (Foladori, 2001) nas regiões afetadas por grandes empreendimentos.

A alegação neste quesito é de que além das instalações e usos do arsenal tecnológico empreendido pela UHE, é fruto de tais dispositivos de desenvolvimento econômico algumas alterações nos modos do ribeirinho socializar-se com o ambiente, tanto nos modos de produção social, quanto econômico e afetivo.

Para fins de esclarecimento sobre como ocorrem as mudanças na sustentabilidade das relações entre comunidade e o rio, a perícia, neste quesito, contempla aspectos que dizem respeito a modalidades como: abastecimento humano e industrial, pesca, navegação, costumes, tradições culturais, produção agrícola e geração de energia.

O quesito começa com a fundamentação acerca do início do povoamento do atual conjunto Saramém, que veio a acontecer no ano de 1999. Segundo Albuquerque (2013) o conjunto, inicialmente, foi povoado por habitantes de duas partes da região do município de Brejo Grande: uma parte veio a ser ocupada por moradores do antigo Porto Saramém, localizados próximos ao povoado Resina, e a outra parte da população foram os moradores do antigo Povoado Cabeço, que vieram desabrigados devido às inundações em suas terras.

---

<sup>3</sup> Quesito de número 10 correspondente as considerações da parte autora do laudo.



Albuquerque (2013) em seu estudo sobre como se deu a formação do conjunto Saramém, diz que inicialmente a prefeitura de Brejo Grande disponibilizou em um território mais afastado do rio e do mar cerca de 80 casas para acolher esta população. Com o avanço geracional e o crescimento familiar, as casas já não comportavam a quantidade de habitantes numa mesma residência, pessoas começaram, por elas mesmas a construir, com escassos recursos, suas próprias casas. Depois disso, segundo a autora, houve a distribuição de mais casas, que ficaram conhecidas como casas “Maria do Carmo”, como referência à uma senadora, que também estava associada ao departamento de assistência social do governo na época.

Logo após, em 2008, houve a distribuição de uma nova leva de casas; estas foram construídas e distribuídas à novos moradores vindos da Resina pois o fato que embasa esta ação era que o povoado Resina estava ocupando uma área particular pertencente a uma grande empresa de construção civil no estado, e a distribuição destas casas faria com que a população que ocupara a área ilegalmente migrasse para as novas casas. Estas casas ficariam conhecidas como “casa da Norcon”.

Logo após, a Caixa Econômica Federal distribuiu mais 80 casas para abrigar novas e outras famílias através do seu programa habitacional. Este novo conjunto de casas, construídas até o ano de 2010 é conhecido como “casas da Caixa”.

As disposições destas casas seguem o padrão de conjuntos habitacionais, que diferem bastante das disposições habitacionais no Cabeço. Alguns moradores ainda reclamam da distância das casas em relação às águas, que representam os maiores recursos para atividade de subsistência e econômica para os ribeirinhos.

Um episódio acontecido em meados de 2013 revela os impasses para a ocupação das casas construídas pelo programa habitacional da Caixa Econômica. As casas, construídas há cerca de cinco anos, ainda não haviam sido distribuídas; passados seis meses, as casas começaram a ser ocupadas tanto por quem estavam cadastrados no programa como por quem não estava. O Batalhão da Polícia Militar chegou a região em viatura e rondou as casas, despejando os ocupantes e seus pertences, sem ao menos compreender, segundo moradores, os motivos para tal ação. Moradores revelam suas indignações quanto a este fato, e comparam a improvável ação do gênero da polícia no antigo Cabeço.

## **4.2 Sustentabilidade Sócio Ambiental**

A instalação da UHE e suas barragens ao longo no curso do Baixo RSF seguem sob fluxo desenvolvimentista do padrão discursivo capitalista que assume *slogans* do tipo “desenvolvimento para todos”, ao passo que tais propostas desenvolvimentistas trazem em seu bojo tecnologias de transformação das condições de vida, para a estabilização ou desestabilização das condições de vidas presentes nos mais diversos segmentos sociais. Um exemplo disso é que, mesmo depois do início da ocupação do Saramém, a população, mesmo com os frutos “benéficos” dessas instalações para abastecimento de água e energia elétrica passou cerca de três anos sem ter acesso a tais recursos, mesmo sofrendo diretamente com os impactos negativos nas suas sociabilidades gerados por estes empreendimentos. Esta questão será discutida do no seguimento deste trabalho.

A navegabilidade do rio traz queixas quanto às condições em que a foz do rio se encontra hoje. A foz do RSF sempre foi uma das principais portas para acessar os mares do Atlântico, ou vice-versa, e isto contribuiu imensamente para a efetivação do sistema de navegação brasileiro (Nascimento e cols, apud Silva, 2014). As embarcações, desde o último quarto do século XIX, eram constantes e de diversos tipos que serviam a diferentes modalidades, empregadas para os mais diferentes fins; diferentemente das atuais estruturas em que se encontra, o rio não comporta mais o tráfego de embarcações de grande porte, visto que existem vários bancos de areia em seu curso, que oferecem riscos aos navegantes.

Por esta parte do rio pode ter ocorrido parte do povoamento na região, por povos que navegavam por aqueles mares; a foz do São Francisco é um dos berços das cultura nordestina e quiçá brasileira; por onde adentraram povos das mais diversas origens, introduziram espécies para cultivo e consumo, constituíram práticas de socialização e de sobrevivência etc.

Alguns moradores do local, que presenciaram e vivenciaram a grande virilidade do rio em outros tempos, e que hoje veem e vivem as atuais e quase insustentáveis condições em que o rio se encontra para fins de manutenção da vida, expressam suas indignações quando percebem o fluxo turístico no local que, por exemplo, explora o que restou do farol do Cabeço como um ponto na rota a ser contemplado, como intrigante e exótico. Para alguns antigos moradores deste povoado a imagem presente e persistente dos resquícios do farol significa uma grande ferida histórica (Nascimento e cols. 2013 apud Silva, 2014) da época auge das suas vidas.

Há, também, dois problemas que concorrem para as atuais dificuldades na atividade pesqueira nesse trecho do RSF: a salinização das águas doces e o desaparecimento das cheias

que havia no local. A salinização tornou imprópria para a vida, a manutenção e procriação de algumas espécies de peixes, e sem as cheias, devido ao controle da vazão do rio, estas mesmas águas, já salinizadas, ficam mais claras devido a pouca profundidade, dificultando a captura dos peixes, que em épocas mais remotas seriam pescados em enormes quantidades.

Existem problemas quanto à agricultura na região. Especificamente no município de Brejo Grande, onde a rizicultura era de grande importância para a sua edificação econômica, a falta de cheias do rio, que irrigavam natural e mecanicamente as terras férteis, causam prejuízos ao produtor que depende desta atividade para o seu sustento.

As atuais condições de vida do rio neste trecho do BSF contribuem para uma nova configuração das atividades sócio econômicas da região. Com estas inúmeras implicações suposta e afirmativamente ligadas à instalação da UHE de Xingó e demais barragens sobre a vida da fauna, flora e vida locais, a caracterização do movimento econômico desta região hoje é, basicamente, alavancada pela concessão de benefícios assistenciais advindos dos Programas Sociais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento.

Na região do BSF, segundo Relatório de Impactos no Meio Ambiente (RIMA) [(fls. 1379, 1411, 1444, 1445, 1448, 2022) destaques dados no Laudo Pericial, 2015] há dois tipos de sociabilidades presentes: um se refere ao modelo de trocas e comercializações que visam a lucratividade das relações, chamada no relatório de *modo de produção de acumulação capitalista*; o outro modo de produção é referido no mesmo relatório de *sociabilidade periférica*, que corresponde à modos de produção de subsistência. Estes dois modos de produção contém e reproduzem elementos que articulam sociabilidades distintas, que dimensionam outros valores e crenças perante as formas de se viver.

O novo modelo de organização dos modos de produção da sociedade do BSF parece estar diretamente influenciado pela instalação de ações dos segmentos do governo que incidem nas mais diversas regiões brasileiras almejando o desenvolvimento do potencial econômico e progresso mercantilista em tais localidades.

A região do BSF, segundo laudo da perícia que avaliou os impactos socioambientais na região, vive de benefícios como Bolsa Família e Auxílio Defeso. O primeiro diz respeito à um programa de transferência de renda para famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza; o segundo versa sobre uma concessão no valor de quatro salários mínimos ao ano aos pescadores que sobrevivem da prática pesqueira, que interromperiam seu trabalho na época do defeso, ou seja, quando as espécies capturadas estão em época de reprodução. Porém, mesmo nesta época de reprodução das espécies, em que as atividades pesqueiras

deveriam parar, os pescadores ainda insistem em pescar para “tirar” algum dinheiro a mais para a sua família, o que pode acabar em complicações maiores caso haja fiscalização das autoridades em relação a continuidade da pesca neste período.

A relação entre o homem e a natureza se molda há centenas de anos como relações tecnológicas de transformação via instrumentalidade, que é de suma importância para entender os impactos no desenvolvimento de uma região. Foladori (2001) aponta vários aspectos da evolução das espécies, desde épocas mais primitivas, que sempre tiveram o poder de transformar o mundo, seja quimicamente, como no caso das primeiras formas de vida, com os procariontes e cianobactérias, há 3,5 bilhões de anos, até os dias atuais, com o Homem Moderno. Foladori resgata a seguinte ideia no seu trabalho sobre o poder da transformação ambiental:

As cianobactérias arruinaram o meio ambiente planetário mais que nenhuma outra forma de vida anterior ou posterior. [...] O crescimento desenfreado das cianobactérias não foi um elemento local. Onde quer que crescessem, as bactérias verde-azuladas assimilavam o “H” (hidrogênio) do  $H_2O$  e liberavam no ar o “O” (oxigênio) em forma de  $O_2$ , oxigênio gasoso. Esse oxigênio se tornou fatal para a maioria das formas de vida primitivas. (Margulis e Sagan [1995], apud Foladori, 2001, p. 80).

As transformações mediante crescimento em quantidade das cianobactérias provocou inúmeras de(formações) nas composições químicas e físicas na atmosfera terrestre, o que acabou acarretando nas transformações e evoluções das várias formas de vida na Terra. Assim, a vida, uma vez criada, atuaria como uma espécie de regulador entre os gases atmosféricos. O autor, então, segue seu raciocínio:

Da imagem de um mundo físico dado, ao qual a vida simplesmente se adaptava, devemos pensar na vida como uma força que também transforma profundamente o mundo inerte. - a vida transforma as condições do meio [...] A ideia central e revolucionária é de que a vida reordena a matéria. (Foladori, 2001, pp. 29 – 34).

A evolução das espécies é parte inevitável das transformações das condições de vida atuantes na Terra, devido as incidências do “poder” de cada elemento constitutivo no mesmo ambiente. Tanto algumas espécies perdem o seu poder de adaptação aos novos meios que se configuravam com o passar dos anos, fazendo com que se extinguissem, bem como novas formas de vida surgem e se proliferam, sob outras condições, formas adaptativas e de maiores complexidades. Cada forma de vida é um complexo que ordena matéria em seu interior, ao mesmo tempo em que gera desordem no exterior. (p. 40).

O homem não foge à regra. Surgido na Terra há milhões de anos, o homem vem desenvolvendo potenciais de adaptação às condições físico-químicas do planeta em virtude da manutenção de suas condições de existência. Os seres humanos, com a habilidade bípede, teriam vantagens em relação às demais espécies vivas pois teriam os seus membros superiores e mãos livres para outras e novas funções, que, por exemplo eram desempenhadas pela boca. Assim, pode-se desenvolver com mais precisão funções de caça, captura e manuseio das coisas ao redor mediante suas necessidades.

O poder e a potencialidade do manuseio foi um fator revolucionário da espécie humana na transformação do seu meio e das condições de vida. O homem acabou desenvolvendo uma relação “olhar – mão”, o que Foladori (2001) considera ter sido uma relação neurológica privilegiada.

As habilidades motoras finas, possibilitaram também, através da relação “olhar-mão” analisar mais precisamente o que possuímos. O movimento de “pinçar” através da relação com os dedos polegares também foi crucial para o refinamento das habilidades para que pudéssemos criar e desenvolver instrumentos a fim de que estes mesmos pudessem servir ao homem futuramente como auxílio para desempenhar qualquer tarefa com maior êxito, como caça, coleta, cozimento e proteção contra as oscilações climáticas.

Desde então, o homem vem buscando maneiras de adaptar o meio às suas necessidades. A possibilidade de fabricar instrumentos foi a grande conquista do homem em relação aos demais seres vivos, em que aquele consegue com maior destreza transformar o meio em que vive, e adaptar-se ou adapta-lo conforme as suas necessidades, o que acaba trazendo grandes chances de manter-se viva, por mais tempo e em condições mais favoráveis em relação aos últimos.

Ao transformar a natureza mediante o trabalho, o ser humano a torna sua; adapta-a aos seus interesses. [...] este novo produto do trabalho, está por um lado desprendido da consciência, da subjetividade que o criou; mas, por outro lado, tem cristalizado em determinados materiais uma forma útil que condiciona seus usos futuros. Nesse sentido, o objeto do trabalho se desprende da consciência, mas a marca do seu criador transcende o tempo. (Foladori, 2001, p. 71).

Ou seja, eternizam-se (e cristalizam-se) as relações de uso, o que acaba ultrapassando a noção do tempo imediato, e passa-se a questionar sobre as necessidades futuras, em busca das melhores condições de vida.

O homem, como todo ser vivo, tenta manter-se em condições ideais de existência. Investe o seu tempo e sua força (seja esta de que natureza for) para “criar” instrumentos por

meio dos quais facilitarão a sua vida. O homem faz isso, qualquer ser vivo não o poderia. Este fator o distingue das demais formas de vida no planeta. Poderemos pensar “que bela vantagem”!

Marx (*apud* Balibar, 1995) utilizaria as palavras de Benjamin Franklin para tratar deste ponto que, fala do homem como:

“a toolmaking animal”, um ser vivo que fabrica ferramentas. Eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam produzir seus meios de existência. Produzindo seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (Balibar, 1995, p. 40).

A capacidade de evolução humana veio a se realizar através de uma série de complexas associações, atrelados à condição de bipedia e necessidade de manutenção da vida, que permitiu uma rede de raciocínio, que poderiam chamar como “condicionamentos”, e que acabam emergindo como sistema de pensamento e linguagem. Este é um outro fator: a comunicação entre as gerações agora mediado pelos códigos linguísticos apropriados à cada período histórico. Foladori crê que a linguagem seria um outro tipo de instrumento que o *Homo sapiens* criou em virtude da necessidade de “explicar” o funcionamento das técnicas desenvolvidas: para que servia tais instrumentos?

Desenvolvendo tantas habilidades, levando em conta o tempo atravessado pela evolução, o homem, através da linguagem, começa a acumular o que foi gerado através da evolução dos instrumentos, orientados pelos seus diversos fins. A acumulação de técnicas que permitiriam cada vez melhores condições de sobrevivência da espécie foi privilegiando quem as detinha em suas habilidades, criando-se algo parecido com o “poder”, algo presente nas relações de modo diferenciado. No caso da materialização das técnicas, criam-se “utensílios”. Quando a aprendizagem se realiza por meio de utensílios, quaisquer que forem, estes podem ser monopolizados, e o seu acesso restringido; só terá acesso a estes instrumentos, técnicas, utensílios quem os herda. (Foladori, 2001, p. 77)

Então, a produção de instrumentos implicaria outra face das condições do vida, a saber, a social. Para Foladori, o requisito para que existam relações sociais é que existam coisas que se “herdam” de uma geração a outra. Assim, a evolução da espécie ou o processo de luta pela sobrevivência passa a depender mais das relações sociais que se estabelecem, já que as vantagens para a adaptação ao meio estavam do lado dos que detinham o “acervo” técnico maior para a transformação deste, em virtude dos seus próprios interesses. Cada geração acumula coisas e ambientes produzidos, que transmite a seus herdeiros segundo regras de distribuição dos meios materiais de existência.

O autor em questão corrobora a ideia de que o ponto central para que se possa compreender a atual crise ecológica, sob a bandeira da sustentabilidade ambiental, é por em debate a contradição moderna entre o modo *ilimitado* da produção capitalista frente aos *limitados* recursos naturais que o meio ambiente pode dispor como matéria prima no desenvolvimento de produtos. Aponta que a atual crise em que o mundo moderno se encontra é reflexo de contradições internas ao sistema, que formam a base das relações sociais. E é aí que se encontra o ponto chave para a discussão: as relações sociais determinam as relações técnicas.

As relações técnicas são aquelas que o ser humano estabelece com os outros seres vivos e com o meio abiótico no processo de produção da sua vida; as relações sociais são aquelas que se estabelecem entre os seres humanos para o mesmo fim. [...] É a natureza defrontada com o ser humano, ou são as leis da natureza que se defrontam com as leis da sociedade, daí a relação técnica (Foladori, 2001, p. 17).

Com esse nível de relações estabelecido, podemos entender muito do sentido do engendramento capitalista nas relações que se moldam na modernidade. A lógica de competitividade parecia presente. Poderíamos imaginar que estas relações vislumbrariam efeitos da luta pela sobrevivência. A luta pela sobrevivência é significada de que maneira dentro do sistema capitalista e pelos sujeitos operantes? O antropólogo articula o pensamento de que o fato de produzir instrumento sem a pressão da necessidade imediata permitiu a produção de objetos para satisfazer necessidades, futuras, não imediatas, e com isso a criação de inúmeras necessidades espirituais. (Foladori, 2001).

A questão da crise ambiental levantada por este autor, bastante debatida desde a década de 70 do séc. XX, é de crucial importância para que entendamos as relações entre desenvolvimento regional e impactos sócioambientais. A moderna tecnologia, a ideologia produtivista que a expressa, é comumente identificada como a causa humana da atual crise ambiental. Entretanto, trata-se das manifestações mais aparentes de um conflito não tão visível: o das relações sociais. (Foladori, 2001, p. 79).

Estas relações sociais são engendradas pela lógica da acumulação de meios, técnicas, artefatos que aprimoram e aperfeiçoam nos modos de dominação e controle da natureza pelo homem. Como recursos transformados frente à força humana – força esta que viria na forma bruta ou refinada – os elementos da natureza passam a tomar outras formas, e serem apropriados conscientemente por outros homens, sob tantos outros sentidos, a depender dos fins de utilização.

Por meio do processo produtivo, e com o propósito de gerar instrumentos úteis às suas necessidades, o ser humano estabelece relações técnicas com o meio abiótico e com os demais

seres vivos. Assim as relações sociais e as relações técnicas estariam, segundo Foladori, em um “emaranhado” dialético, que constitui o processo de produção. (p. 83)

Marx, no entendimento de Balibar, no contexto da revolução socialista do séc. XIX, onde a classe trabalhadora tomaria o poder, considera que as relações sociais não são nada mais do que uma incessante transformação, uma “revolução permanente”. É preciso dizer que a única coisa real e racional é a revolução. E complementa:

A prática dos movimentos revolucionários é uma prática que nunca opõe a realização do indivíduo aos interesses da comunidade, que nem mesmo os separa, mas que sempre procura realiza-los um pelo outro. (Balibar, 1995, p. 43-44).

Ou seja, podemos apostar numa forma de emancipação potencial dos sujeitos, em conjunto, em relação às outras formas de vida, distintas pelo poder de transformação consciente das coisas ao seu redor. Este poder, para Marx, era uma das condições para mobilizações contemporâneas do proletariado, em relação às condições de acesso aos meios de produção, por meio do qual pretendia-se obter autonomia sobre suas próprias forças de trabalho.

Já que a burguesia do séc. XIX era composta pelos comerciantes que detinham as heranças, das quais nos fala Foladori (2001), e o conhecimento sobre as técnicas dos meios de produção, e isto incluiria até mesmo a força humana de trabalho, Marx via na massa proletária uma potência para revolucionar as condições materiais de trabalho e de existência; reconhecia no proletariado o verdadeiro sujeito prático, aquele que “dissolve a ordem existente”, e assim se transformava a si mesmo, transformando ao mesmo tempo o mundo. (Balibar, 1995, p. 38).

Assim, a luta do proletariado passaria pela posse sobre a sua própria força de trabalho e sobre a sua produção. A luta do proletariado se ocuparia por destruir o que ele chamava, em sua época, de *alienação do trabalho humano* quando o trabalho segue o regime do salário. Em 1844, Marx estava empenhado na escrita de *Economia Política e Filosófica*, e desemboca em uma concepção humanista e naturalista do comunismo, concebido como a reconciliação do homem com o seu próprio trabalho e com a natureza, que a propriedade privada abolira (Balibar, 1995, p. 25). Porém, como nos conta o autor, Marx passou por dois momentos na sua vida que abalariam seu posicionamento frente à força do capitalismo e da luta do proletariado da sua época:

[...] Houve na vida de Marx pelo menos duas outras rupturas igualmente importantes: a primeira coincide com uma mudança de época para todo o pensamento do séc. XIX – o fracasso das revoluções de 1848, onde Marx aderira integralmente à convicção de uma crise geral iminente do capitalismo, quando o



proletariado instauraria uma democracia radical; a segunda são as consequências da guerra franco-alemã de 1870, onde o proletariado revolucionário é decapitado, o que faz notar que a guerra europeia vai contra a representação que Marx fazia das forças diretrizes e dos conflitos fundamentais da política. (p. 15/16).

Marx notou que a função do Estado era a função em favor da sociedade burguesa, uma vez que as diferenças de classe prevalecem sobre todas as outras e praticamente as apagam.

É neste momento que a contradição entre riqueza e pobreza, cultura e embrutecimento, abertura e exclusão, circulação universal dos bens e restrição do acesso a eles se acentuam. Marx aponta todos estes fatores como premissas para uma reviravolta, que equivaleria simplesmente a substituição da sociedade civil burguesa pelo *comunismo*. (Balibar, 1995, p. 52).

É um gênero similar desse modelo de produção o qual nos ocupamos nesta análise: como as formas de trabalho e produção estão se modificando nas regiões estudadas, por meio de regularizações do trabalho frente às políticas de assistencialismo e sociais implantadas pelos órgãos Federais, e como os ribeirinhos se organizam em relação às novas condições de trabalho e produção imposta ao seu novo cotidiano? No seguir desta questão, quais as possibilidades de conformação dessa sociabilidade, que tem seu ritmo de vida (e de trabalho) transformado pelas mudanças tecnológicas que atacam principalmente os recursos naturais, recursos estes que servem ao ribeirinho como principal meio de trabalho, sustento, autonomia e existência? Quais são e como se consolidam as estratégias de sobrevivência e coesão daquela comunidade ribeirinha, que ao passar das décadas mais vulneráveis se encontram às contingências do mundo moderno?

#### **4.3 Práticas Consolidadoras de Sociabilidades**

O quesito nº 45 do laudo aborda as causas e efeitos dos fatores que levarem a destruição do povoado Cabeço e, inevitavelmente, da sociabilidade Cabeço. O que ocasionou tais destruições e quais as relações que as duas formas de destruições têm em comum?

O conjunto Saramém é a localidade no BSF onde se pode constatar as maiores modificações e destruições nas formas tradicionais de sociabilidade que marcam/marcavam as zonas periféricas da região. A falta de organização e planejamento na transposição da sociedade Cabeço para o Saramém, segundo equipe pericial, fez com que, necessariamente, esta passagem se fizesse pela total desarticulação dos modos de sociabilidades que se tinham naquela forma social. O precário projeto urbanizatório do Saramém faz emergir novas condições materiais e simbólicas para instalação das condições de vida. As políticas

assistencialistas do Governo Federal contribuem para a massificação dessas condições, visto que os benefícios advindos dos programas assistencialistas formam a base material para as novas exigências vitais desta população.

Não é de se estranhar que em todas as visitas feitas pela autora desta pesquisa, quando em conversas informais, os antigos moradores do Cabeço se referem ao Saramém como um lugar bom de se viver, mas que é muito diferente do antigo povoado. No Saramém, segundo narrativas, “as pessoas são muito individualistas e só querem saber do seu”. É o que estas políticas e suas condições atuais de controle e distribuição destes benefícios acabam por fazer acontecer, já que parece que estes benefícios algumas vezes são distribuídos à famílias e indivíduos sem o rigor estabelecido. Isso acaba por criar climas de individualismo, desunião e desconfiança entre os vizinhos.

O referido quesito problematiza as ações (ou omissões) da Marinha brasileira frente à diáspora ocorrida pela subida das águas no antigo povoado. O perito questiona a possibilidade de formação de frentes oficiais compostas pela Marinha e outras corporações para enfrentamento emergencial da tragédia e minimização das alterações da sociabilidade presente, já que a Marinha estava, certamente, na matriz sócio histórica da conformação daquele tipo de sociedade.

O quesito de nº 31 do laudo pericial, bem como todo o laudo, adotou perspectivas histórico-antropológica para discutir como se deu a destruição do antigo Cabeço.

A análise, ao passar por critérios da historicidade da sociabilidade do antigo povoado, põe em voga práticas de construções e edificações tanto de modos como foi organizado o espaço Cabeço para sua ocupação, através dos seus moradores e órgãos que administravam a região, como se deu o processo de diáspora para o Saramém, e como as instituições se organizaram (ou não) para fornecer subsídios para estruturar os modos de vida e disposições espaciais do novo território a ser ocupado.

Para os peritos, o tipo de sociabilidade que marcava as tradições no antigo Cabeço, desde a instalação do farol até os dias em que se deu a diáspora, tinha características fortes das tradições caboclo-caiçara, servindo-se principalmente de atividades de subsistência, como cultivo de grãos e cana de açúcar, bem como a criação de gado e, evidentemente, da prática pesqueira e marisqueira (Laudo Pericial, quesito nº 31, 2015). Foladori (2001) nos expõe seu entendimento de que nas sociedades de caça e coleta, concebe-se a sociedade humana como parte da natureza, a qual devem-se respeitar.

A Marinha do Brasil, importante dispositivo da Segurança Nacional, na época, produziu condições essenciais na forma como se organizava a sociabilidade no território do Cabeço. Sob o controle e fiscalização da Marinha, o acesso e fixação de novos moradores do Cabeço teria de passar pelo aval de tal instituição, já que esta, além de tudo, possui função de proteção sobre a costa brasileira; constituía colônias de pescadores na região, fazia visitas com equipes de saúde ao povoado, prezando pelo controle e boas condições de vida na região. Também, com o intuito de proteção contra invasões de estrangeiros os pescadores teriam de se alistar “informalmente” à Marinha, na missão de proteger e zelar pela integridade do seu território.

Segundo Silva (2014), as casas cedidas pela Marinha aos moradores não tinham qualquer legalidade formal que indicassem sua posse. A Marinha cedia pedaços de terra da fazenda Arambipe, com alguns pés de coqueiro. Foi assim que, antes de se ter a pesca como atividade principal, a cultura do coco foi tida como de maior importância no local.

Apesar das dificuldades ou impossibilidades de acesso à serviços de infraestrutura e saneamento, falta de energia elétrica, isolamento espacial devido à falta de vias de acesso terrestre ao povoado, a vida no Cabeço guardava, devido a tais condições de existência, a sua singularidade em relação, por exemplo, às condições de sociabilidade do que se encontra hoje no conjunto Saramém. As peculiaridades de existência no Cabeço possibilitavam a emergência de um sentimento familiar e de vizinhança muito próxima entre os que habitavam aquele lugar. Os momentos de desfrute conjunto sob a luz fraca de um candeeiro, ou às vezes de um pequeno rádio à pilha, ou uma roda para saborear algum alimento e conversar por horas a fio é algo que fazia parte de uma época em que a tecnologia desenvolvimentista ainda não alcançava a região e a sua população.

*“[...] comentou um pouco sobre como eram as festas e o clima entre os vizinhos quando ainda habitavam o Cabeço. Disse que todos eram amigos. Sempre havia grandes festas com todos da comunidade reunidos, mas depois da mudança tudo isso se desfez. Agora, aqui, cada um comemora em sua própria casa e o contato mais íntimo se perdeu. Ao nos contar isso, era notável sua expressão de tristeza e saudosismo”. (Diário de Campo – Saramém, 27/12/2013).*

Para Albuquerque (2013), o formato social e arquitetônico que se tem hoje no conjunto Saramém foi resultado de uma fusão entre os antigos moradores do porto do Saramém, localizado a 900 metros da margem do rio, e dos antigos moradores do Cabeço, que vieram buscar terreno para desembarcar seus pertences afetivos e aflitivos. No início, a prefeitura do município disponibilizou 80 casas para a ocupação que, segundo moradores,

foram sorteadas entre os novos moradores. Segundo quesito nº 31 do laudo pericial, houve um intervalo considerável de três anos entre o momento de subida das águas na ilha do Cabeço e o início da entrega das casas no Saramém. Para o perito socioambiental, a grande catástrofe se localiza na falta de planejamento e coordenação dos órgãos competentes de poder de articulação de forças federais e regionais para solucionar a questão rapidamente.

A questão parece ter repercussão nas relações socioambientais hoje encontradas. Nos baseando em narrativas colhidas e nos registros de cenas cotidianas dos seus habitantes, a população ribeirinha tem no rio São Francisco, inegavelmente, o maior alicerce cultural daquela região. O rio movimenta a economia, a pesca, o cultivo de cereais e frutos tropicais, assim como se constitui importante via de comunicação entre as localidades, além de abastecer hidricamente a região e enaltecer o turismo na região. É o berço daquela sociabilidade ribeirinha. Porém, na corrida para o desenvolvimento e avanço das tecnologias de transformação, o homem vem elaborando técnicas de apropriação dos recursos naturais, o que neste caso, pode ter acarretado sérias consequências nas formas socioculturais naquela área. O seguinte fragmento do diário de campo mostra o entendimento dos ribeirinhos sobre a causa da catástrofe ocorrida ao fim da década de 90 do séc. XX no Cabeço:

*“Teve uma hora que passou outra senhora, bem sorridente também, e falou coisas no mesmo sentido de que elas estavam falando – ‘O Cabeço era muito bom, pena que acabou. Disseram que não acabou por culpa de Deus, mas do homem, e que iam nos dar uma indenização e até agora nada...” (Diário de Campo – Saramém, 25/04/2014).*

Há alguns conflitos há algum tempo naquela região. Existem por lá grandes terrenos cercados, que segundo moradores dos povoados as “autoridades” alegaram que são propriedades privadas de grandes empreendedores; falam que vão desapropriar aquelas áreas para a construção de um *Resort* à beira-rio. Algumas casas foram construídas por famílias de pescadores nesses locais, e têm sua rotina tensionada pelas lutas travadas na justiça pela legalidade da ocupação destes locais.

Grande parte deste espaço de terras está em situação de improdutividade, sem qualquer fim de utilização. Foladori nos diz como se estruturam as relações mercantis, incluindo a posse de terra como propriedade privada:

Há três características das relações mercantis, tão gerais e difundidas que são já parte do conhecimento cotidiano: a existência da propriedade privada, o fato de que as coisas se produzem como mercadorias e o de que a produção se realiza com o propósito da obtenção de lucro. [...] Com a extensão da propriedade privada, ocorre que cada pessoa é livre para fazer com ela o que quiser. Quando a depredação e/ou

poluição constituem uma vantagem econômica, estas se realizam (Foladori, 2001, pp. 164-165).

Além das implicações causadas pelas Usinas Hidrelétricas já mencionadas (Xingó/SE e Sobradinho/BA), parece que aquela região está prestes a presenciar um efeito ‘avalanche’, onde os artifícios da modernidade se alocam em locais tão remotos, que acabam por transformar e devastar a forma natural e cultural do meio em prol do visivelmente e acriticamente incontestável “desenvolvimento”. A instalação de novos dispositivos naquela região, caso vingue a construção de tal *Resort*, em muito irá alterar as condições de moradia e existência nesses locais.

Estes fatos vem mostrar a conexão entre tendências econômicas que orientam a produção capitalista e a destruição do meio ambiente.

Nessa linha de raciocínio é a passagem do rio no local, a apropriação e transformação deste componente em recurso rentável que marca os investimentos técnicos realizados sob o patrocínio legal dos grandes empreendedores, que elaboram meios de extrativismo natural pelos inúmeros segmentos lucrativos: ora pela captação de energia fornecida pelas forças das águas, ora pela força do turismo que contemplam as belezas naturais. Estes dispositivos modernos do sistema capitalista mercantil, que estabelece primordialmente as relações de obtenção de lucro, acabam por se utilizar de recursos naturais que não se pensava ser de natureza extrativa, e passam a serem dotadas de outros valores. A apropriação pelo homem, aliado ao seu poder de transformação do meio em seu favor, incide fortemente neste equilíbrio, desestabilizando fluxos de relações e provocando rearranjos naturais, sociais e culturais como formas de equilibrar-se novamente.

O desenvolvimento tecnológico vive um momento de corrida contra o tempo. Os avanços neste setor se dão num plano fora do tempo real, onde os artifícios fabricados são vislumbres de um futuro promissor e “descomplicado”. Há quem sustente que é o alto nível de desenvolvimento tecnológico ligado ao uso de energia não renováveis a causa principal da crise ambiental; assim como há quem aposte que o desenvolvimento tecnológico será, ele mesmo, capaz de superar a crise ambiental. O que, afinal, se revela no processo de incessante degradação ambiental? Quais são os fatores que se revelam nas ambições, nas ações, nos discursos do homem moderno frente às suas investidas tecnológicas? Foladori (2001) acusa que as relações no interior do processo produtivo não são discutidas, mas apenas os seus efeitos. (p. 104)

Então, como fazê-la? O autor dá exemplo da sociedade de subsistência e do uso que esta faz dos recursos naturais:

Algumas das sociedades de caçadores e coletores parecem não ter “necessidades ilimitadas”, contrapondo-se ao ponto de partida de toda a economia neoclássica. Segundo diversos antropólogos, essas sociedades subutilizam seus recursos e sua capacidade de trabalho (Shalins [1971]). Assim, não “avançam”; os recursos da natureza utilizados são sempre relativamente os mesmos, e é cíclico o seu ritmo de utilização. Nesse exemplo, não seria a caça ou a coleta, como *relações técnicas*, o que estaria impedindo o progresso ou limitando as necessidades. São as relações de produção que supõem uma apropriação coletiva dos recursos que de alguma maneira impedem a inovação. (2001, p. 105).

As relações técnicas que se tem em comunidades de subsistência pertencem a outra ordem lógica de produção, em que as demandas estão relacionadas à satisfação das necessidades fisiológicas mais básicas, como alimentação e homeostase corporal. Nos tempos atuais, sob o engendramento da economia neoliberalista, as necessidades têm se modificado, ultrapassando os limites fisiológicos do corpo humano. Criam-se necessidades espirituais, já que a idéia de produção para o futuro, sem basicamente basear-se nas penúrias imediatas, produzem também expectativas de futuro. A intenção de produção voltada a gerar produtos úteis a suas necessidades, as reconfiguram, cada vez mais distantes das necessidades básicas vitais do ser humano. O corpo se ‘empresta’ como meio de realização destas novas necessidades, passando a se manifestar de diversas maneiras, como podemos constatar hoje em formas de padecimento do corpo e nas alegorias em que este corpo se apresenta.

As *relações sociais* são relações entre congêneres (Foladori, 2001). Uma vez que as relações técnicas determinam as relações sociais, estas seriam, também, relações de produção e resultado da maneira como estão distribuídos os meios de produção (p. 83). A produção dos meios de produção é o ponto de partida lógico e histórico da produção de toda a vida material e, com isso, também da vida espiritual, que requer essa base mediata (mediada por coisas) para ser transmitida (p. 85). Elas são “acúmulos” de informação passada e, através da esfera das ideias, existe a possibilidades de modificação destas coisas que vieram como uma ‘herança’ das gerações passadas. As pessoas recriam a sociedade dentro dos limites impostos pelas gerações passadas (Foladori, 2001, p. 87).

Assim, a regulação das relações entre congêneres se realizou cada vez mais com base na distribuição de coisas materiais e cada vez menos a partir de leis biológicas (p. 85). O atravessamento da ordem capitalista na estrutura simbólica das relações sociais permite que as coisas – sejam elas pessoas, recursos naturais ou demais seres vivos – adquiram certos

valores, os quais estarão relacionados ao seu “valor de uso”<sup>4</sup>. O problema da conversão de elementos naturais em coisas que possuem ‘valores’ segundo necessidades criadas refletem nas relações sociais e na crise ambiental que se agrava.

Este é um dos elementos que pode ser constatado no Saramém, bem como em qualquer lugar do globo terrestre em que o potencial dos recursos naturais são convertidos em potenciais de lucro incitados pela livre e forte concorrência neoliberal do mercado. Não apenas os recursos naturais, *a priori* não dotados de valor rentável, como a água e o ar, têm seu potencial transformado e convertido, mas também o próprio homem fica à mercê desta conversão, modificando toda uma cadeia de sentidos e valores onde se estabelecem os laços sociais e as relações de produção (materiais e simbólicas).

#### 4.4 Acesso às Políticas Sociais

Segundo o quesito de nº 46 do laudo pericial, o efeito “arrendamento” é o que vem acontecendo na região do Baixo São Francisco, quando são instalados empreendimentos que se utilizam da exploração dos recursos naturais locais com efeitos de produção de materiais dos quais, hoje, depende boa parte da população, em grande escala. O que esta exploração em massa e infindável vem a acarretar é um grande deslocamento dos modos tradicionais de produção econômica e social das populações que estão ali alocadas.

Diante de tantas mudanças ocorridas na região e na vida dos moradores, e como tais empreendimentos econômico-lucrativos são patrocinados também por órgãos do Governo Federal, as alterações nos fluxos de vida desta população, que desarranja-se cada dia mais, também é “patrocinada” por programas sociais de governo que devem “assistir” esta população a fim de dar suporte a esses novos arranjos sociais, fomentados pelas práticas de desenvolvimento econômico de mercado.

Souza (2006) faz uma breve revisão da literatura sobre políticas públicas como função do governo, no mundo ocidental, principalmente nos Estados Unidos da América e alguns países europeus e em países em desenvolvimento, como os países da América Latina. Estes seriam os países, onde o desenvolvimento e implementação de políticas públicas seriam problemáticas, pois, segundo a autora, não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de

---

<sup>4</sup> A noção de *valor de uso* é uma das últimas etapas do processo de alienação ao trabalho humano, designado por Marx no séc. XIX como efeito do regime do salário. Foladori (2001) alega que o valor de uso configura a etapa da perda de naturalidade do objeto. Se chama *objetificação da natureza* o momento em que o ser humano, ao transformar a natureza, muda a sua forma e a converte em um objeto útil, fazendo com que a sua materialidade natural deixe de importar. Assim, uma banco de madeira e, antes de mais nada, um banco. Tão logo se rompe ou se deteriora, sua utilidade desaparece; a matéria da qual se compõe perde o interesse.

equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (p. 20-21). Para Souza:

Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos EUA foi Robert McNamara. (Souza, 2006, p. 22).

Na Europa, as políticas públicas chegam como teorias explicativas sobre o papel do Estado e de sua principal instituição, a saber o governo, produtor de políticas públicas; diferente do que acontece nos EUA, onde as políticas públicas surgem em meio acadêmico, sem estabelecer relações teóricas sobre o papel do Estado, e se pondo a analisar estas políticas em ações e repercussões diretas de governos. Assim, no caso americano, tem-se grande investimento científico na elaboração e análise de estudos sobre as potencialidades e efetividades de tais políticas, se expandindo às políticas sociais, como ramo das políticas públicas.

Souza (2006) analisa as contribuições de Lindblom (1959; 1979), Laswell (1936; 1958) e Easton (1965) acerca da racionalidade implicada nas formulações de tais políticas; este último autor define a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton (apud Souza, 2006), políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Laswell aposta que as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (apud Souza, 2006, p. 24).

As políticas públicas ganham força nos lançamentos de plataformas de governos e constituem projetos de desenvolvimento nas chapas que serão eleitas pelo voto democrático, e contarão com o apoio de instituições de grande alcance comunicacional e persuasivo, como mídias, partidos e instituições acadêmicas. Para a autora tais apoios são frutos de embates de interesses de grupos dominantes, que patrocinam campanhas e criam formas de persuasão da massa a fim de que a sua ‘ideia’ de ‘melhoria’ oferecido como proposta de governo seja acolhida e leve a mudança do mundo real. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. (Souza, 2006, p. 26)



Marx procedeu em sua formulação acerca do termo *ideologia*<sup>5</sup>, embasando suas análises através da crítica à ideologia dominante da sua época. Ele concluiu que a ideologia é o objeto da teoria intelectual do homem e que a crítica da ideologia dominante é o pré-requisito necessário para um conhecimento do ser social como desenvolvimento da produção (Balibar, 1995).

Ele foi um grande crítico da ideologia dominante da sua época. Se dedicou a estudar a gênese daquela ideologia, a sua produção e reprodução pelos indivíduos, em função das condições coletivas ou sociais nas quais eles pensavam e se referiam uns aos outros (Balibar, 1995, p. 48).

Mais tarde, a partir de 1852, Marx não mais usaria este termo. Ele passaria a empregar o termo *fetichismo* para designar a ideologia triunfante do *Capital*.

Desde lá, até a fronteira com a pós-modernidade, no Ocidente, o capital vem moldando, além das relações técnicas, as relações sociais. A intensidade do capital sobre produção é algo do qual Marx já se atentara, e alertou a todos quanto a expropriação do homem sobre a sua força de trabalho, segundo regime salarial. Acaba-se criando um distanciamento entre o homem e ele mesmo, onde há cisão entre a consciência humana e a *práxis* (prática humana): a alienação.

O dinheiro, a forma fetichizada do capital, domina e determina os fluxos e níveis de relações. O dinheiro assume a forma do desejo do homem, quando ele pode “ser” alguém quando passa a “ter” algo. A idéia do capital é que ele engendre e gerencie níveis e habilidades sociais e intelectuais a fim de que suas ações no presente sejam convertidas em “valor do investimento + excesso”. Esta expressão daria forma ao “lucro”, fator preponderante para obtenção de êxito.

O lucro capitalista parte do nivelamento dos diferentes lucros entre os ramos; com isso, a redução do preço de custo se torna mais necessária do que nunca. E, precisamente, uma das formas de baratear os custos é pela incorporação, como matéria-prima, de objetos da natureza que não têm preço; com isso, a depredação de recursos naturais aumenta consideravelmente, como tem demonstrado a história capitalista. (Foster, *apud* Foladori, 2001 [1994], p. 156).

---

<sup>5</sup> Este termo foi empregado por Marx (Balibar, 1995) em relação à divisão do trabalho e seus meios de produção, que designaria toda atividade humana de formação e transformação da natureza. É a produção dos seus próprios meios de existência que faz o ser homem. Para Marx não há divisão histórica do trabalho sem instituições, principalmente sem um *Estado* (sem um *aparelho*). O Estado é um fabricante de abstrações, em razão da ficção unitária que ele deve impor à sociedade.

A idéia de se ter um “excesso” é algo que já pincelamos neste trabalho, quando falamos que o homem, mediante sua capacidade de transformação do seu meio, e visando sempre obter relações de lucro por meio da transformação do capital investido, se utiliza dos recursos naturais que o meio em potencial dispõe - que não se pensaria ser de cunho rentável – e transforma as suas qualidades, se apropriando daquele meio por meio do capital. Atribui e vende-se por um preço aquilo que não tinha valor.

A detenção do capital, nas relações capitalistas, determina quem tem o poder. Assim, (1) surge o homem, com a sua habilidade bípede e poder de manuseio, adaptando o meio às suas necessidades imediatas por meio de (2) técnicas desenvolvidas no presente. O (3) acúmulo destas técnicas e sua passagem como “herança” aos demais congêneres criam a tridimensionalidade do tempo (4), produzindo técnicas no agora, visando suprimir possíveis necessidades futuras. Assim, criam-se também as (5) necessidades, que agora não mais pertencem à ordem biológica e imediata, mas sim são necessidades mediatas, ou seja, mediada por (6) “coisas”. Estas coisas seriam instrumentos fabricados através do refinamento das habilidades intelectual e social do homem frente às necessidades das quais dependem, agora, o seu corpo, que se configura como suporte material destas necessidades espirituais, como podemos dizê-las.

Uma vez limitados os instrumentos e as técnicas de produção dos meios de existência, fica restrito o seu acesso livre, passando a detê-lo apenas quem os herda. Esta idéia de herança cria o acúmulo de “coisas” por uma parcela humana mínima, que investe seus recursos para ampliar ainda mais a sua herança. Assim, começam a se configurar as diferenças entre os congêneres da mesma espécie. Quem tem acesso aos meios de produção, obviamente, tem maiores chances de sobreviver sob condições mais favoráveis.

Esta diferença permitiu que surgisse um elemento precursor das relações contemporâneas: o poder. Ele estava relacionado com a “posse” de meios materiais de existência, produzidos e herdados, por privilegiados. Estes, os quais Marx, na conjuntura, identifica como *burguesia*, nova classe de comerciantes surgida em meados dos séculos XIII e XIV, se utilizavam do seu poder para determinar que tipo de relações se estabeleceria no universo social e no universo da produção. Assim, o próprio homem passou a se apropriar, além do meio natural, de outros homens e sua força de produção, estabelecendo relações de troca. Esta relação seria da ordem lógica, segundo o marxismo, da extração da “mais-valia”, termo utilizado pelo filósofo no séc. XIX para designar o “lucro” da ordem da lógica mercantil do séc. XX.

Estas relações de trocas teriam em sua base a utilização da força de trabalho, como elemento de produção e transformação das condições materiais. Para Marx (*apud* Foladori, 2001), a produção material não pode ser concebida separadamente das relações sociais, quando toma a força de trabalho e demais elementos passivos do meio como “mercadorias”. Nesse entendimento, a “divisão social do trabalho”, a propriedade privada”, o “intercâmbio de mercadorias” são as categorias chaves da alienação (Meszáros, 1972). Marx não vislumbrava a possibilidade de transcender à alienação, salvo transformando o regime de produção que lhe dá sustentação.

Foladori (2001) chama atenção para a forma como se colocam os problemas ambientais nos debates atuais, e enfatiza que se deve colocar em pauta questionamentos acerca do regime de produção vigente, que fica à margem das considerações. Para o antropólogo, nos debates atuais não estão dispostos a discutir a forma capitalista de produção, mas tão-somente seus efeitos negativos para a sociedade, desde que possam ser corrigidos sem afetar os lucros. Ele ainda corrobora a idéia de que podemos entender grande parte do espectro da crise ambiental sob a ótica da *velocidade da utilização* e a *utilidade* dos recursos naturais, que moldaria as formas sociais de produção.

Se hoje no Saramém temos a impressão que a produção dos modos de vida por lá está seguindo o ritmo das formas de vida dos lugares mais desenvolvidos – tendo como parâmetro a capital do estado, Aracaju – algo acontece. Não se estranha o fato de que hoje as pessoas do interior do estado tenham acesso à energia elétrica, e possam comprar aparelhos eletrônicos como televisões, computadores e aparelhos celulares; mas sim, como as vidas se condicionam à dependência destas tecnologias produzidas na modernidade.

Há um fragmento de um relato de uma ex-moradora do Cabeço, que hoje, no auge dos seus 77 anos, vê como o cotidiano dos ribeirinhos mudou desde que foram habitar o Saramém:

*“Quando eu ia lavar roupa, era as bacias de roupa, aquela... que naquele tempo a gente botava pra quarar. Lavava, não tinha água sanitária, não tinha sabão em pó, era sabão em pedra. Aí o que acontecia: eu botava as roupa de molho, dentro da água, quando era no outro dia eu tirava aquela lama, aí ia pra cacimba tirar água. Sabe o que é cacimba? Pegava uma lata daquela de leite ninho, fazia um furo, botava um pau e pegava água pra lavar roupa. Essa semana eu tava dizendo que hoje ninguém quer lavar mais roupa. Se não tiver uma máquina de lavar roupa, num lava. Calcinha, ninguém quer lavar mais calcinha. Fralda, só fralda descartável, né?” (Dona E. 77 anos, Saramém).*

Na época de existência da Ilha do Cabeço, ninguém tinha acesso à energia elétrica, como hoje se tem no Conjunto Saramém. A vida por lá era uma espécie de avesso da vida no

atual conjunto. Se antes o passar das horas era calculada pelo tempo que se levava para lavar roupas, fazer o fogo, preparar a comida, limpar a casa, construir embarcações, pescar, colher frutos da terra e papear sob a luz do candeeiro debaixo de uma árvore, hoje temos famílias enclausuradas em suas casas, assistindo algum programa de Tv ou entretidas pelos brinquedos eletrônicos. Até mesmo a nomenclatura utilizada para designar o Saramém, como “Conjunto”, passa a ser questionável, se hoje, segundo relatos, *“cada um só quer saber do seu”*, ninguém ‘se junta’, como no Cabeço:

*“No Cabeço eu saia de casa de manhã, botava o feijão no fogo, ensaboava aquela roupa, deixava lá. Aí vinha em casa, olhar o feijão. Era perto, num era muito longe não. Aí as meninas chegavam, botavam umas esteirinhas, enquanto as outras lavavam roupa. Aí quando voltava pra casa já era hora de almoçar. Todo mundo comia. E era assim que nós vivia, nessa luta” (Acervo pessoal de áudio, maio de 2015).*

Na penúltima visita ao local presenciei uma briga entre duas jovens mães. No ano de 2015, o mundo infantil estava vivendo com auge do sucesso do desenho norte-americano *Frozen: uma aventura congelante*, filme lançado pela Walt Disney. As mães tinham comprado para suas filhas, cada uma, um par de sandálias da tal personagem de Frozen. Um destas crianças estava brincando comigo mais cedo, e eu fiz algumas fotos e vídeos dela durante nossa interação; em algumas dessas fotos, aparecia a menina calçada com a sandália. Horas depois, esta mesma menina aparece chorando, com raiva, e sua mãe gritando, aborrecida, acusando outra moça de ter roubado a sandália “novinha” da Frozen para dar a filha dela, e ter dado a “velha” desta, para ela. No fim das contas, queriam ver as fotos que eu tinha feito, para que pudesse provar quem estava certa.

Esta situação me deixou constrangida, não pelo fato de ter presenciado uma briga, mas porque, “a estranha”, por ter uma máquina de fazer fotos, teria a “prova” de quem estava falando a verdade. Penso sobre a credibilidade que hoje se atribui à tecnologia, onde a “palavra” da moça não valia muita confiança. Me senti constrangida por, naquele momento, ter o poder, por ter um simples aparelho celular que fazia fotos.

Em minha última visita, já em 2016, pensando em focar nas relações que as crianças do local estabeleciam com/no seu território, fui até as escolas do conjunto, que são duas: uma de frente para a outra. Uma delas, que funciona até o quinto ano escolar, estava inativa pois, “por falta de pagamento” (sic), os professores não estavam indo dar aulas. A outra estava funcionando, porém no horário que fui estava sem aula, e apenas a coordenadora estava lá, com um amigo e ex-aluno seu. Conversamos e marquei uma segunda visita para o dia

seguinte, no horário de aula. Ela concordou. Neste dia, ela parecia temer minha presença ou os meus questionamentos, apesar de já ter explicado meu objetivo naquela visita. Ela olhava para minhas anotações a todo momento, com “ar” de desconfiança.

Esta sensação de “desconfiança” já era algo que permeava algumas das nossas conversas com moradores. Os mais antigos não se mostravam intimidados, apenas diziam que *“hoje ninguém pode confiar em ninguém”* ou que *“hoje é cada um na sua”*.

No decorrer da pesquisa, um depoimento me surpreende com a informação de que *“não, a principal fonte de renda do Saramém não advém da pesca, e sim do bolsa família e do defeso!”*, o que frustrava a qualidade das minhas formulações sobre aquele lugar. Foi a partir deste ponto que as minhas referências teóricas mudaram, marcando a passagem do meu entendimento sobre a produção dos modos de vida naquela região.

Existe uma linha de raciocínio que sustenta a máxima de que o incremento populacional e os índices de pobreza que são a causa e a consequência dos problemas ambientais. Embasa-se na lógica da depredação ambiental como causa do aumento da produção de alimentos para abastecer a grande demanda faminta do mundo. De fato, que não somente a massa dos nascimentos e falecimentos, mas a magnitude absoluta das famílias estão em razão inversa ao montante de salário e, portanto, à massa de meios de subsistência de que dispõem as diversas categorias de operários (Marx, apud Foladori, 2001). De maneira que não é a pobreza a causa dos problemas ambientais, mas a concentração de riquezas. (Foladori, 2001, p. 125)

Assim, entram em cena os principais programas sócio-assistenciais do Governo Federal que incidem nesta região: Bolsa Família e Auxílio Defeso. Estas ações do Governo Federal são direcionadas às famílias que estão no limite ou abaixo da linha de pobreza no país. O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Governo Federal em outubro de 2003, através da unificação de quatro benefícios anteriores (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação), buscando melhor atender os usuários, aumentando os valores monetários transferidos, melhorando a gestão e ampliando a efetividade do gasto social (Silva, 2007; Monnerat *et al.*, 2007). O PBF concentra-se em três dimensões essenciais para o enfrentamento da fome e da pobreza: 1) o alívio imediato da pobreza, por meio de transferências diretas de renda; 2) o apoio ao desenvolvimento das capacidades das famílias por meio de programas complementares, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); e 3) o reforço ao exercício de direitos sociais básicos como saúde e educação,

através das condicionalidades. O benefício é destinado a dois tipos de famílias: pobres e extremamente pobres, com base na sua renda mensal *per capita*. (Pires, 2014)

A Política de Seguro-Desemprego no Brasil foi instituída pelo Decreto Lei nº 2.284 de 10 de Março de 1986 do Governo Federal e pelo Decreto nº 92.608, de 30/04/1986 (BRASIL, 1986a). Em 1988, com a entrada em vigor da nova Constituição Federal, o seguro-desemprego passa a ser assegurado como direito constitucional de todos trabalhadores em situação de desemprego involuntário. O benefício atingiria o pescador em forma de valor pago referente a um salário mínimo mensal durante o período de proibição da atividade pesqueira. São quatro salários ao ano, correspondendo ao período anual da proibição da atividade. Esse intervalo de interrupção à pesca, conhecido como *defeso*, época em que as espécies realizam seus ciclos naturais de reprodução, é definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), variando de acordo com as regiões do País. A Política de Seguro-Desemprego (PSD), neste contexto, tem o papel fundamental de garantir uma renda de subsistência ao pescador no período do defeso. Sendo que os mesmos ficam proibidos legalmente de pescarem esses recursos, medida essa que vai ao encontro à renovação destas espécies e a sustentabilidade da atividade (Teixeira & Abdallah, 2008).

Hoje, além da pesca efetivamente praticada, da produção de doces artesanais para o consumo dos locais e principalmente dos turistas, do cultivo do coco e do arroz, são basicamente estas duas políticas assistenciais mencionadas que sustentam economicamente as famílias ribeirinhas do Saramém. Porém, mais do que financeiramente contempladas, o acesso a tais benefícios devem passar pelo cumprimento de requisitos estabelecidos por leis federais, que avaliam as condições dos usuários para o seu recebimento.

A concessão dos benefícios, em valores nem sempre fixos, também parecem constituir outro fator para que “cada um só queira saber do seu”; uma vez que existe falha no controle sobre a população beneficiada, no tocante ao recebimento de algum tipo de renda, isso faz variar a quantia recebida por cada família – no caso do PBF, por criança em situação escolar regular; no caso do PSD, nem sempre a comprovação da atividade é feita de forma condizente com a realidade do beneficiado. Assim, existem famílias que não estão em condição de pobreza, mas que de alguma forma conseguem driblar a burocracia e entrar no PBF; e no caso do PSD, a comprovação do tempo de atividade pesqueira, por exemplo, foi reduzido, além do que existem pessoas que não realizam a atividade, mas conseguem alguma maneira para ludibriar o sistema, e aderir ao benefício, como nos mostra este fragmento:

*O morador disse que a região tem mudado bastante nos últimos anos, dando a entender 10 a 20 anos. Dizia que ninguém mais sobrevivia da pesca na região, e muitos buscavam apenas receber os auxílios do governo, através do Bolsa Família (as mulheres) e Auxílio Pescador (os homens). Em relação ao Auxílio Pescador, relatou que muitos não eram pescadores, pois sequer tinham barcos, mas quando chegava a época do recenseamento ou cadastramento para o recebimento do benefício conseguiam barcos emprestados e se diziam pescadores. Afirmou que isso era muito comum, embora de certa forma atribuísse isso à falta de peixe (Diário de campo, BSF, agosto de 2012).*

A falta de peixe seria uma das consequências da instalação das barragens no curso do BSF, principalmente a UHE de Xingó, que modificou a vitalidade e as condições naturais do rio, repercutindo nas atividades de subsistência do ribeirinho; a salinização do rio, pela predominância da força das águas do oceano sobre a região da foz, fez com que inúmeras espécies de peixes desaparecessem:

*Desse tempo para cá, não teve mais água de rio [...] é assim, quando não tem água não tem peixe. A água é salgada, não chega uma aguinha nova, aí os peixes não vêm receber. O mar está invadindo minha filha [...] O rio não joga mais água no mar (Notas da perita<sup>6</sup> – Povoado Saramém, 09/12/2013). Antigamente o pessoal não usava esses barroteiros, mas tinha o bagre amarelo. Hoje não tem mais não, porque não tem água de rio. Com a água de rio o peixe encanudava e quando eles lanceavam vinha aquele monte de peixes e hoje não tem. Naquele tempo mesmo, a água ficava barrenta, aí pegava muito peixe, agora a água é limpa por conta das barragens, assim o pessoal que entende diz, que a água não desce para o mar (Notas da perita – Povoado Saramém, 09/12/2013).*

Esse mesmo avanço do mar, que causou a destruição não apenas do povoado Cabeço, no município de Brejo Grande, também foi responsável por deslocamentos de inúmeras famílias nos povoados do BSF.

A utilização da água do rio para consumo também se modificou, abastecendo-se de água encanada. A prática do cultivo de arroz na região, favorecida pelas condições naturais de inundações das terras, também acabou sucumbindo aos modos de produção industrial, seguindo a lógica da produção de mercado exportador, visando o lucro. Deixou de ser uma atividade de subsistência para ser uma atividade lucrativa, o que acaba por depredar mais ainda os modos de vida dos sujeitos que exerciam tal atividade, como depredam também o meio ambiente com sua hiper-utilização de tecnologias de produção do cereal:

---

<sup>6</sup> Uma das peritas da equipe responsável pela pesquisa e confecção do laudo pericial. Os peritos deste processo foram dois: Professor Dr. Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho e Professora Dra. Clarissa Andrade de Carvalho.

*Um morador mais antigo falou sobre como em outros tempos a cidade produzia grande quantidade de arroz, tinha algumas fabricas de beneficiamento do mesmo e o modo como era produzido dependia exclusivamente do sistema de cheias do rio em um sistema simples de canais e portas, ao contrário do que ocorre hoje com uso da agricultura irrigada (Diário de Campo – Brejo Grande, 13/07/2012).*

Foladori (2001) sustenta a hipótese de que as leis econômicas que regulam a produção capitalista não são alheias à relação do ser humano com o seu ambiente, mas a condicionam. Parte-se da produção mercantil em sentido geral e da busca do lucro como objetivo da produção capitalista. (p. 164)

Mesmo com alguns benefícios concedidos, até como medidas de compensação das formas progressivamente degradadas de subsistência e autonomia relacionadas a reorganização da natureza pelas mãos do homem, os pescadores da região muitas vezes não cumprem os determinantes que condicionam o benefício, dando continuidade a atividade pesqueira mesmo quando está em período de defeso. Muitas vezes, até para incrementar a renda mensal familiar, ou para manter as tradições ribeirinhas. Porém, entre o trabalho e a proibição do mesmo existe uma lacuna que é preenchida pelo ócio ou pela ilegalidade da resistência à proibição:

*[...] A novidade relatada por eles foi a referente ao IBAMA. O período do defeso está em andamento –o que explica a cachaça e o churrasco em plena segunda-feira pela manhã; no entanto, o seguro que é garantido aos pescadores cadastrados, que serve para sustentá-los durante a proibição de pesca, ainda não foi distribuído. Assim, alguns deles se arriscam a pescar mesmo durante o defeso, por uma questão de própria subsistência. É aí que o IBAMA entra na história. Semana passada, o IBAMA esteve lá no Saramém e fez uma apreensão em massa das redes dos pescadores–mesmo daqueles que não estavam pescando, mas guardavam-nas no próprio barco; ou seja, uma presunção bastante superficial e perigosa. Soubemos que um conjunto de redes (cinco ou seis delas juntas, pois uma só é muito pequena e inviável para a pesca) custa em média R\$ 1.000,00. A recuperação delas é feita em outra cidade e mediante pagamento de multa (não me recordo o valor). A consequência dessas barreiras é que poucos vão atrás de suas redes apreendidas. Ou seja, o panorama final é o de pescadores proibidos de pescar, que não recebem seus seguros e ainda têm seu instrumento de trabalho retido por estarem fazendo algo que as circunstâncias os forçaram a fazer (Diário de Campo, Povoado Saramém – Brejo Grande, 09/12/2013).*

As incidências das ações, sejam elas de cunho assistencialista-beneficiária ou político-administrativas no terreno de produção social que se tem hoje no Saramém, conformam novos modos de produção e gerenciamento do cotidiano, em que tradições de outrora não cabem ou são até mesmo criminalizadas por dispositivos que se fundamentam numa lógica do bem comum segundo legalidade constitucional.



Assim, o dinheiro que se entrega aos ribeirinhos em forma de ações sociais do Governo, sob a fachada de extinguir a miséria do país e investir em desenvolvimento humano, traz consequências de outros níveis para estas novas relações (materiais e simbólicas), que se estabelecem pelas mediações institucionais legais sobre as relações em sociedade.

#### 4.5 Do Saramém a uma outra dinâmica do cotidiano

Com o devastamento do antigo povoado Cabeço pelas águas do mar, foram entregues, no Saramém, casas a fim de abrigar as famílias que perderam suas casas. O Saramém se dá pela junção de duas comunidades pesqueira: da Fazenda Resina, no antigo Saramém, e do antigo Povoado Cabeço. As primeiras 80 casas não tinham boa infraestrutura, e tinham apenas um quarto; além disso, nem todo mundo recebeu a casa que esperava, e teve que se alojar em casas já ocupadas ou construir, a seus moldes, suas habitações.

*Era uma casinha com um quarto só, um pedacinho de sala, cozinha e um banheiro, era tudo 'arrochadinho'. Colocava um beliche e quem não tinha colocava o colchãozinho no chão para as crianças dormirem e quando era de manhã, apanhava tudo. Eu passei um sufoco nessa casa, com 05 crianças pequenas e dois adultos com um quarto só, o banheiro fora da casa, e sem dinheiro para fazer mais nada. Todas as casas eram um modelo só, que casa feia! Ninguém queria vir. Os oitenta reclamaram muito porque lá botava o pé para fora já estava na praia. No Cabeço só era sair de casa e já estava pescando" (Notas da perita - Povoado Saramém, 09/12/2013).*

*Quem possuía familiares em outras residências movia suas coisas para a casa deles, mas alguns que não tinham para onde ir começaram a construir barracos de palha entre as casas construídas (Cf. Diário de Campo – Povoado Saramém, 21/05/2013).*

As ruas foram pavimentadas e calçadas pelos próprios moradores, tendo a rua principal sido pavimentada cinco anos depois da entrega das primeiras casas. O conjunto foi entregue sem qualquer abastecimento de água e energia, vindo isto a acontecer apenas três anos depois. A água era captada do rio Paraúna pela Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO.

De acordo com Albuquerque (2013), e baseando-se também pelo Censo Demográfico feito em 2010, não houve registros de implantação de serviços de esgotamento sanitário no conjunto. A coleta de lixo é feita duas vezes por semana e a qualidade da água captada e fornecida depende da maré, sendo mais doce ou mais salobra.

Também não há policiamento regular na região, o que faz aumentar a sensação de insegurança e desconfiança sobre quem circula pelo conjunto. O consumo e o tráfico de drogas ilícitas chegaram ao conjunto, a forma que deixa a sua população assustada quanto a

violência. O alto índice de consumo de drogas lícitas, como o álcool, também preocupa os moradores do local.

No conjunto existe um alto índice de pessoas em idade ativa alfabetizadas. Quanto aos dispositivos de educação escolar no Saramém, o conjunto conta com duas escolas do primeiro grau. A partir do segundo grau escolar, os jovens devem dar continuidade aos seus estudos em outros locais, como povoados ou municípios circunvizinhos. Ao conversar com a coordenadora de uma das escolas, uma senhora nativa do Cabeço, ela conta o que acha diferente entre as crianças do Cabeço e do Saramém:

*“Tem mais de vinte anos que dou aula. Comecei lá no Cabeço, depois vim pra cá, ensinar. [...] Criança é criança em todo lugar. Não vejo diferença entre as crianças do Cabeço e do Saramém, a não ser pelo fato de que os meninos daqui são mais violentos em relação aos do Cabeço; eles não obedecem às ordens dadas e querem imitar as coisas que vêm na televisão com os colegas. Como no Cabeço não tinha energia elétrica, não existia tanta influência da TV nas relações com o colega. A educação no Cabeço era mais tranquila” (Diário de campo, fevereiro de 2016)*  
*“[...] não se via isso. Se via era as brincadeiras, tudo unido. Mesmo querendo, se escapavam pra maré era na camaradagem. Eles hoje tá fazendo intriga uns com outro, fazendo armadilha pro outro quebrar a cara...” (Notas do perito, conversa com antiga professora de Brejo Grande, maio de 2013).*

Também não existe serviço de correio no Saramém, tendo que ir até a sede do município de Brejo Grande verificar correspondências e pagar contas.

A questão do transporte em Saramém para ir para outros povoados ou até mesmo para Aracaju é vista como positiva porque tem muitas opções de carros, diferente de antes quando apenas um caminhão saía na madrugada com a caçamba coberta com uma lona. Inclusive, com a entrada e saída de turistas no conjunto, “caronas” são comuns como formas de deslocamento até outros pontos da região.

Em Brejo Grande, como em boa parte dos municípios do Sergipe, é notável o número crescente de motoboys que deslocam boa parte das pessoas, entre turistas e moradores de povoados mais distantes, para seus destinos ou outro ponto próximo. Esta atividade vem ganhando força como forma de renda de várias famílias. A bicicleta é uma das formas de lazer mais praticadas no Saramém pelas crianças. Estes trechos de conversas revelam os anseios de uma população jovem que hoje tem outras perspectivas de trabalho:

*“[...] antigamente os meninos queriam ser pescador, ou ter um carro de boi, trabalhavam na roça. Hoje é tudo proibido, não pode trabalhar, mas pode ficar na porta da escola se drogando e se esfregando porque a professora não veio mesmo” (Notas do perito, BSF, janeiro de 2014).*

*“Hoje não adianta que ninguém que mais trabalha na enxada. Pode procurar um menino desse pra fazer algum serviço de roça que não encontra, quer tudo ser motoboy”. (Notas do perito, BSF, janeiro de 2014).*

As moças, ao pensar em sair do Saramém para tentar “outra vida” na cidade grande, correspondem ao quadro, conforme o trecho:

*“A menina sabe dar conta de uma casa, lava, cozinha, faz tudo. O senhor não quer levar ela não, pra trabalhar de doméstica”? (Notas do perito, BSF, setembro de 2012).*

Hoje o Saramém tem uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que tem como equipe médico, dentista, enfermeiro, vacinadora, fisioterapeuta e dois agentes de saúde. Os maiores problemas relacionados a saúde encontrados nesta população são hipertensão, diabetes, verminoses e problemas de coluna devido à atividade pesqueira. O posto de saúde atende de segunda a sexta-feira, que segundo moradores, possui médico uma ou duas vezes na semana. Os casos mais graves são levado à cidades-pólo vizinhas.

A renda média mensal da população, segundo Censo 2010, é de R\$1.196,00. A renda é, segundo moradores, composta pela pesca e pela venda de doces, como a cocada artesanal. Porém, sabemos que a composição da renda não é dada desta maneira, e sim com outras formas de “ganha-pão” que aquela população recebe, principalmente com os auxílios do governo, através do Bolsa Família, Auxílio-Defeso e aposentadoria. Estes programas, além de terem por propósito retirar grande parte da população que vive na ou abaixo da linha da pobreza deste patamar, alteram e fomentam novas formas de tornar-se sujeito em tempo de grande apelo ao consumo.

Se grande parte daquela população se beneficia das quantias oriundas de tais programas sociais e da Previdência Social, e ainda mantém seus vínculos com o seu trabalho, formando a renda mensal, as quantias que se geram a partir destas composições são maiores que há alguns anos foi, dirigindo o movimento deste “excesso”, que agora constitui sua renda, ao investimento em novas formas de consumo.

As casas do conjunto são, em quantidade razoável, casas com boa infraestrutura. São casas muito coloridas, com “portões de correr”, mais valorizado esteticamente que pela sua durabilidade e resistência. Conjuntos de sofá, mesas e conjunto de cadeiras, aparelhos televisivos em todas as salas de estar. Os banheiros parecem ser bem cuidados, limpos e

decorados com cortinas e artesanato. Estas são condições de habitação novas e destoantes em relação às antigas possibilidades de investimento em suas casas, como nos revelou, em conversa, dona E., de 76 anos:

*“[...] Mas hoje é as casa tudo mobiliada, tudo na cerâmica, é tanta cerâmica nas casa, que Ave Maria. Na minha época – eu sou mãe de oito, oito filhas- numa época dessa (de chuva) eu tava me acabando de chorar porque não tinha uma calcinha pra vestir numa menina, enxuta. A casa era de barro, não era de cimento como essas não. Quando as meninas mijavam, faziam xixi, aí aquela lama ficava quando sentava. O chão era de barro.” (Registro em áudio, Saramém, maio de 2015).*

As cozinhas têm fogão à gás, e muitas vezes tem galinha cozida na panela. Pelas visitas feitas, e almoçando algumas vezes nas casas de alguns moradores, pude perceber que frequência de uso da galinha como proteína principal no cardápio daquelas pessoas em substituição ao peixe, é bastante notável. Esta seria uma mudança a se considerar, não apenas nos hábitos alimentares, mas também pelo menor custo e maior (re)produção que se tem na criação de aves para o abate.

Em uma dessas oportunidades em convite para almoço em uma casa de pescadores, presenciei uma cena que deixou-me pensativa sobre os costumes daquele povo: ao sentarmos para comer, a anfitriã da casa abria as tampas das panelas, indicando para nos servirmos. Tinha preparado peixe cozido. Ela, fazendo o prato do seu filho mais velho, não pôs o peixe, apenas o caldo, pois disse que ele não gostava de peixe porque *“dava muito trabalho ter de catar as espinhas”*.

Esta cena intrigou-me, pois, apesar de ser trabalhoso, o costume de se alimentar de peixe é uma das marcas mais fortes no imaginário do pesquisador que vai estudar uma comunidade de pescadores. Em uma conversa, uma senhora de 71 anos, ex-moradora do Cabeço, comenta sobre as diferenças nas maneiras de alimentar dos tempos atuais e há vinte ou trinta anos:

*“Hoje a gente não pode comer mais nada que faz mal. Nem farinha mais a gente pode comer por causa do colesterol, né?! Sei lá... antes a gente só tinha a farinha de mandioca pra comer. Aí comia com peixe, a farinha... e era isso. Era bom... a gente comprava de saco as farinha. Hoje, a gente compra um tantinho assim e fica capaz de ficar ruim, apodrecer. Hoje o povo come feijão, arroz, macarrão... até o peixe, que era só o que a gente tinha pra comer, a gente não come mais. Tem galinha, né”. (Registro em áudio, maio de 2015).*

De fato, algumas cenas sinalizam mudanças nos hábitos daquele povo. Quando cheguei ao Saramém, notava um modo de vida que não se distanciava tanto dos modos de

vida da cidade grande. Paredões de sons nas ruas, o pessoal dentro de casa assistindo programas na Tv, jogo de sinuca nos bares, crianças brincando com bicicletas de princesas ou super-heróis dos contos da *Disney*. Porém, ao encontrar com narrativas que lembravam a época de vivência no Cabeço e suas maneiras simples de levar a vida, me pus a pensar que algo estaria acontecendo naquela região, da ordem da incidência da globalização e do capital, uma vez que, para além de uma questão de poder de compra ampliado pelas novas formas de composição de renda e o grande apelo ao consumo desenfreado, este sistema acaba por desagregar as antigas tradições das formas de produção da existência naquele território.

O encontro com as narrativas de moradores do conjunto que retratavam as condições materiais e simbólicas ‘daquele tempo’ do Cabeço faziam com que os olhares se distanciassem para outra dimensão: a dimensão da memória e da saudade. A narrativa sobre o passado, via rememoração, não implica apenas na tentativa de restauração do passado, mas alavanca também uma transformação do presente de tal forma que, se o passado aí for reencontrado, ele não fica o mesmo, já que ele também retomado e transformado (Diehl *apud* Silva, 2014).

A lembrança e a saudade ‘daquele tempo’ nos desperta a curiosidade em saber como eram as formas de se viver naquela ilha e em suas condições de sociabilidade. Sob o signo da ‘ajuda’ e da ‘cooperação’, as vidas no Cabeço se moldavam. Como os recursos eram escassos, se comparados aos dos tempos atuais, os laços afetivos entre pessoas eram ampliados pelas necessidades de sobrevivência e familiarização, que se davam pelos trabalhos em conjunto de produção de meios materiais e técnicas de trabalho que permitissem àquelas pessoas ajudar umas às outras, visando o desenvolvimento coletivo da vida local.

Ao que foi relatado, praticamente não existiam diferenças entre as condições financeiras das famílias e das pessoas. Se chegava alguma novidade, logo esta novidade era partilhada entre todos. As dificuldades que atravessavam aquele cotidiano, sem grandes recursos para realização de tarefas hoje consideradas simples, como conservar alimentos, ou cozinha-los, ou limpar uma casa, adquirir ou lavar roupas, estudar e trabalhar, criavam e fortaleciam o laço entre aquelas pessoas e o meio que dispunham como fonte material da sua riqueza, a saber, a terra, o rio e o mar.

#### 4.6 Pesca no Cabeço e Saramém: trabalho e fontes de renda

Segundo o perito do processo de avaliação de impactos socioambientais na região do BSF devido à instalação da UHE de Xingó, o curso do rio e a sua fruição mudou drasticamente diante destes empreendimentos (pois há consequências também devido à barragem de Sobradinho-BA), como nos indica as formulações do quesito de nº 34 do laudo técnico.

Além do fluxo das águas ter mudado, como o volume de vazão, período de cheias, extinção de algumas espécies, alterações ou aniquilamento da piracema (época de procriação das espécies) em algumas localidades do rio, as repercussões na prática pesqueira também são de grande relevância, pois esta atividade tem de buscar se adaptar às novas condições que foram impostas pelas novas características do rio.

*“Voltando à pesca, a moradora diz que muitos peixes sumiram, e hoje em dia é muito fraco pescar; por isso as pessoas procuram outras atividades ‘pra’ complementar a renda, os peixes que hoje tem, nem todos são nativos, como o tucunaré, que está tomando conta do rio por comer outros peixes que são nativos, ‘se encontra’ como alto predador.” (Diário de Campo, BSF, janeiro de 2014).*  
*“[...] Em conversa com um morador, muita coisa da história do local e da mudança do Cabeço para o Saramém foi contada (...) Outra consequência dessa construção (da barragem) foi a extinção ou diminuição de algumas espécies de peixes que costumavam ser fartos em épocas de cheia como o Aragu, Tubarana (dourado), Xirá, Surubim e Cambiro” (Diário de Campo, Saramém, maio de 2013)*  
*[...] Ainda disse que os peixes estão diminuindo e o camarão, que era pescado a 3 anos atrás, simplesmente desapareceu (BSF, agosto de 2012).*

Alguns autores, como Fontes (2002), alegam que o rio segue o fluxo permitido pelos homens, já que as barragens alteraram a continuidade natural e os frutos que o rio oferece.

*O dono de um pequeno bar na beira do rio, onde matamos nossa sede, explicou que, tempos atrás, o povoado ali era mais desenvolvido (do que) [...] a sede do município. Hoje a situação é diferente. Também contou que já chegou a pegar de uma só vez mais de 50 quilos de peixe em pescaria no rio. Ele explica que a construção da barragem de Xingó deixa a água do rio mais clara, e com isso os peixes já não conseguem se esconder dos predadores e isso foi levando à diminuição dos peixes (Diário de campo, BSF, agosto de 2012).*

Outros autores, como Ramalho (2014), pensam que o problema das alterações das condições de pesca no BSF carrega consigo outras características da forte interferência do poder do Estado sobre os modos de produção de vida dos ribeirinhos, que obtinham suas subsistências a partir desta atividade. Devido, como dito, às dificuldades de pesca - pois o pescado ficou mais difícil de ser capturado devido à condições de claridade do rio (devido à

baixa vazão) ou da extinção de algumas espécies nativas, introdução de espécies exóticas e proibição da atividade no período de reprodução – o Estado, nos últimos 20 a 30 anos, iniciou e alargou a distribuição de auxílios advindos de Programas Sociais para a população de baixa renda que, no caso da atividade pesqueira, pagam auxílio-defeso àqueles pescadores que vivem da pesca artesanal e que “tiram” a sua subsistência de tal atividade.

Este benefício, pago pelo Governo Federal aos pescadores, causa intrigas e desconfiança entre quem realmente vive da pesca e os demais que recebem o benefício, sem que realmente vivam da atividade pesqueira. Segundo relatos informais de pescadores da região, este auxílio é pago a quem é cadastrado no programa; porém, segundo um pescador, aproximadamente 70% dos que recebem nem são pescadores, mas de alguma maneira conseguem os documentos e apetrechos necessários para o cadastro no Programa.

*[...] A venda dos peixes para serem comercializados no mercado só vale a pena quando se pesca muito, quando não, é mais lucrativo eles mesmos venderem o peixe para conhecidos. Ao falar dos benefícios para o pescador na época em que a pesca é proibida, ele ainda comentou que 70% das pessoas que recebiam o dinheiro desse benefício nunca nem viram o rio” (Diário de campo, BSF, agosto de 2012).*

Além de tudo, as mudanças no fluxo do rio e suas consequências vêm fazendo com que a modalidade da pesca artesanal venha se extinguindo com o passar do tempo, visto que a insustentabilidade da atividade faz com que os pescadores se desviem para outros tipos de atividades rentáveis para sua sobrevivência. Tais atividades, como a construção de reservatórios para o cultivo de camarões, ou pesca de cunho mercantilista, com o uso de outras técnicas, são opções para que o pescador complemente ou faça sua fonte de renda.

Estas características traçam o novo perfil do pescador ribeirinho da foz do rio São Francisco. As transformações no curso do rio implicam em transformações na qualidade de vida e de trabalho da comunidade que vive e sobrevive do extrativismo na região. A autonomia dessa sociabilidade em relação ao trabalho e à vida, está, a cada dia, mais entregue às mãos do Estado, que ao beneficiar, sob critérios frouxos, com auxílios financeiros (bolsa família e auxílio-defeso) fazem com que a dependência e a inércia assistencial tracem uma nova forma de viver nestes locais, que destoam das sociabilidades que se tinha há, no mínimo, 20 anos.

O quesito de nº 60 também abre o horizonte no vislumbre das questões sócio-econômicas ao responder às questões sobre o poder produtivo do rio antes da instalação da UHE de Xingó; para tal, operacionalizou-se esta questão sob duas noções de produção: uma

ancorada no saber comum dos pescadores sobre a atividade pesqueira desempenhada em outros tempos, e a aferição das condições frutíferas do rio pelos órgãos oficiais de medição.

No fluxo natural do rio, com suas cheias e vazantes, formação de lagos naturais, os sedimentos que transitavam e se acumulavam em alguns pontos, formavam as condições ideais para a procriação e desenvolvimento de inúmeras espécies de peixes. Segundo relatos de pescadores da região, houve dias em que já se chegou a capturar 50 kg de peixe no rio.

Algumas medições começaram a ser feitas pelo IBAMA em 1962: até 1984 a média era de 600t/ano. De 1984 a 1994, chegou-se ao pico de 2.000t/ano. Estas médias começaram a cair numericamente, segundo moradores, devido ao funcionamento da Usina.

Há certo questionamento sobre como se concebia esta atividade pesqueira e seu poder de produção na época da fartura. Alguns autores tendem a achar que a pesca se desenvolveu por força dos meios de sobrevivência, em meio à quase negligência do poder público no sentido de oferecer melhores condições de vida e de trabalho àquela comunidade; no entanto, a quase negligência não quer dizer total: algumas ações eram promovidas para estimular e capacitar as práticas aquicultoras aos pescadores, visando principalmente à formação de uma potencialidade industrial e mercantil da pesca. Estas ações não se destinavam à melhorar as condições de vida dos ribeirinhos, e sim ao alavancamento, através do domínio sobre os pescadores pela Marinha brasileira, do potencial pesqueiro na região.

#### **4.7 Configurações do coletivo na região**

Certamente, a interferência da ação do homem na condição natural do meio, seja em que escala for, poderá repercutir em consequências que afetarão, reversível ou irreversivelmente, as condições de vida desse mesmo homem em sua vida coletiva. No caso em discussão, houve, em decorrência da instalação das barragens ao longo do curso do rio São Francisco mudanças ocorridas naquela região ultrapassaram os limites da natureza, afetando toda uma produção de modos de vida entre aqueles povoamentos que ali vivem.



## Categorias do corte temporal

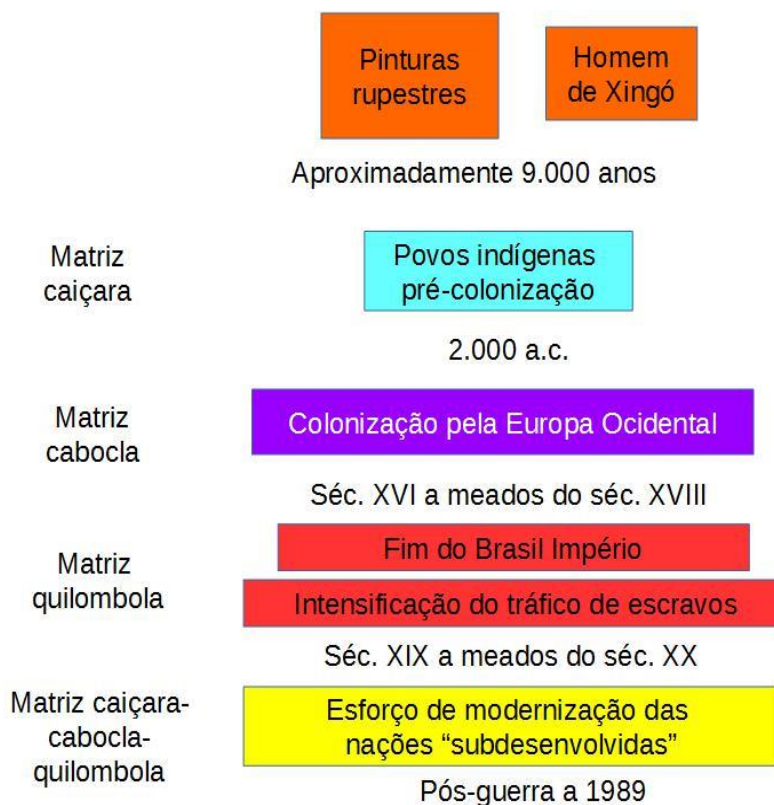


Figura 7 – Esquema obtido do laudo pericial acerca dos impactos sócio-ambientais na região do Baixo São Francisco sergipano. (*Laudo Pericial*, quesito nº31 da parte autora, 2015)

Podemos acompanhar através da imagem a seguir indicativos de aparecimento de algumas matrizes de sociabilidade do BSF ao longo do tempo já com a prática da pintura rupestre como técnica de registro - aliado à necessidade do que chamamos de simbolização do seu meio, da sua cultura e costumes, através do ‘homem de Xingó’, que é a figura que sustenta as mais antigas marcas do homem naquela região. Tomando as idéias de Foladori (2001), de que uma vez que haja “vida” esta seria a condição básica para a transformação das condições naturais do meio devido às interações químico-físicas, no caso da existência de vida humana, as interações estão além do químico-físico.

A chegada das idéias advindas dos conflitos da Revolução Francesa, do fim do séc. XVIII, sob os ideais propagados pelo Iluminismo, no mesmo século, - que entre outras tendências buscava ampliar o conhecimento sobre a natureza, a fim de se torna-la útil ao

desenvolvimento e progresso do homem moderno (Moura, 2009) – se deu ao fim do séc. XIX no Baixo São Francisco. Estas idéias, até os dias atuais, deslocam os componentes daquele cenário, compondo sucessivamente novos enredos e novas personagens da trama social.

Bem como a ocupação do Cabeço, o Saramém é fruto das diásporas que vislumbravam melhores condições de vida. Obviamente, que estas migrações se deram sob ordens peculiares a cada caso: a autonomia dos sujeitos entra na composição dos movimentos migratórios. Uma vez que no Cabeço tínhamos famílias que buscavam voluntariamente melhores formas de subsistir, deslocando-se para uma terra abundante em frutos e maneiras de sustentar a vida, no Saramém o movimento foi involuntário, violento e súbito.

O avanço do mar sobre a linha da costa e o rio já estava sendo notado em outros locais do BSF, há mais de 30 anos, como nos revela este trecho da conversa com dona E., 71 anos, atualmente moradora do conjunto Saramém:

*“A minha história eu vou contar: eu, eu não sou filha natural do Cabeço. Eu filha natural de um povoado aqui pertinho, Carapintada. Aí lá os meus pais chegaram a morar num lugar chamado Ilha do Sal, que é onde tinha uma salina. Depois era muito atrasado, muito atrasado, aí meu pai saiu de lá. Daí a família foi crescendo, foi crescendo, aí nós fomos morar num lugar que não tinha escola pra estudar; aí, meus pais foram morar num lugar chamado Costinha. Fui chegando pra perto. Aí na Costinha também não tinha professora. Aí depois surgiu lá o presidente da colônia. Aí ele viu que tinha muita criança. Aí meu pai falou ‘rapaz, vê se você bota uma professora aqui’ aí ele ‘ah, mas o povoado é pequeno, bote do outro lado, na Costinha.’ Aí a moça veio trabalhar. Aí foi quando a gente veio pra escola estudar o ABC.”*

*“[...] depois de uns dois anos assim, o mar começou a avançar, a avançar.... pra Costinha. Aí ficamos na saída das cacimbas sem ter nada, nada, nada, nada. Aí um tio meu começou a dizer ‘vai pro Cabeço botar essa ruma de menino na escola para estudar’. Aí menina, lá se vem... nove irmãos. Ai meu pai veio simhora pro Cabeço. Aí comprou a casinha de palha. Daí vinhemo simhora morar nesse Cabeço. Ele não pescava, ele trabalhava no mangue. E os meus irmão era quem pescava” (Registro em áudio, maio de 2015).*

No Cabeço, as relações interpessoais se configuravam pelo forte traço da coletividade e solidariedade. As atividades domésticas, de pesca e cultivo era desempenhadas em conjunto ou em companhia dos vizinhos, amigos e familiares. Os frutos dos trabalhos também eram partilhados em momentos de festejos e comemorações. A presença da Marinha do Brasil como dispositivo político-administrador daquela ilha fez com que ela estivesse na base daquela sociabilidade ribeirinha. As condições que a Marinha impunha a quem viesse com o objetivo de fazer moradia no Cabeço policiava as ações daquelas famílias. Obviamente, havia desavenças entre os moradores, como nos conta Silva:

Tempos depois da chegada de vários novos habitantes houve um conflito entre pescadores e um funcionário da fazenda (Arambipe), que resultou na morte do funcionário. A esse respeito, S\* (pescador, 73 anos) diz o seguinte: ‘ Teve uma morte muito antes do Conselho, foi um rapaz que morava lá, sabe? Então ele trabalhava a favor de um pessoal da fazenda, o pessoal da fazenda, querendo derrubar a turma de lá, aí então teve a morte’

Com a morte dessa pessoa, ocorreu a intervenção da Marinha, que almejando resolver a questão demarcou uma parte da ilha e das plantações que pertenciam à fazenda e deu a “posse” de outras áreas para os pescadores que moravam na ilha. Assim, esses se tornaram “proprietários” das plantações e das terras” (Silva, 2014, pp.61-62).

O Conselho foi formado pelos próprios habitantes a mando da Marinha, e tinha funções de fiscalizar aquele território e as ações seus habitantes, controlar a entrada de pessoas estranhas e proteger aquele lugar. Isso fazia com que aquela comunidade, mediada pelos objetivos e intervenções da Marinha, tivesse autonomia e poder de intervenção relativos em relação à forma político administrativo da ilha. Ou seja, o Conselho funcionava como mais um dispositivo de poder coletivo, sob a batuta daquela instituição oficial, que regia o Cabeço e suas formas político-administrativos.

Silva nos detalha ainda sobre como era dada a posse de terra a novos habitantes:

Segundo um ex-morador do Povoado do Cabeço (E\*, 77, pescador e aposentado pela marinha) não era qualquer pessoa que poderia ir morar no local, só se fosse pescador: ‘[...] não, porque a Marinha não deixava não, só pescador mesmo. [...] tinha casa, não tinha documento não, porque o terreno de Marinha [...]. O que garantia (a posse) só a Marinha, porque ninguém podia invadir. Se chegasse para morar a gente denunciava’ (Silva, 2014a, pp.62-63).

Nota-se que existia entre seus habitantes acordos conjuntos e normas de sociabilidades, que passavam pelo crivo da Marinha, como autoridade principal. O cuidado, o zelo e a proteção que se tinha por aquele espaço, que servia como lugar de moradia e de trabalho, eram fatores bastante marcantes nas formas de se relacionar com as pessoas e o seu meio. A dependência e o respeito daqueles pescadores em relação aos recursos naturais disponíveis ao sustento fizeram emergir certa *expertise*, ou seja, conhecimento aprofundado e especial do funcionamento e fluxo destes mesmos componentes naturais.

A cooperação do homem em relação a natureza, respeitando suas épocas e condições dadas, e a cooperação interpessoal entre moradores fez com que se criasse um laço entre as práticas humanas, que configuraram a sociabilidade ‘Cabeço’ por décadas.

Muito do que podemos vislumbrar no Cabeço, como maneiras e formas de produzir sujeitos sociais, e analisando o que fundamentavam as práticas que moldavam as relações entre estes sujeitos estão desaparecendo no Saramém do séc. XXI. A chegada do discurso

tecnológico e seus meios de operacionalizar-se afetam o cotidiano, a rotina, o conjunto de crenças daquele povo, fazendo permuta entre as tradições culturais mais firmes da sociedade ribeirinha e os elementos constitutivos da era moderna. Estas oscilações entre tendências de um mundo tecnológico, que está ancorado na produção ilimitada de técnicas de desenvolvimento econômico, e elementos da tradição da cultura de subsistência, com a pesca e o cultivo de frutos, parecem tencionar e desestabilizar os laços simbólicos e afetivos entre eles e os modos de vida na atualidade.

Hoje podemos perceber as fortes relações de dependência do homem em relação aos avanços tecnológicos. A migração do povo do Cabeço para o Saramém conduziu-os também a transição das qualidades materiais de existência; podemos constatar a importância da energia elétrica, por exemplo, para realização dos afazeres domésticos, na composição do trabalho laboral remunerado, e como principal meio para o entretenimento das pessoas que passam grande parte do tempo fazendo uso de televisão, *videogame*, aparelhos de DVD, rádio, computador, celular e demais dispositivos eletrônicos. Estes últimos, de forma geral, são meios de comunicação eficientes entre aquela população e o espetáculo de novidades e tendências efêmeras do mundo afora.

Os conteúdos que atravessam grandes distâncias físicas, de todos os lados do mundo, os paralisam por um momento (entretenimento), fazendo criar um mundo paralelo, de imagens e sons em ‘alta definição’. O acúmulo de informações transmitidas pelas ondas do satélite, de todas as partes do globo, que chegam à todos por meio do simples acesso à eletricidade – eletricidade esta, diga-se de passagem, gerada pela força das águas do rio na Usina - têm o poder de transformar as realidades dos sujeitos, opondo-se às suas formas reais de ser e estar no mundo.

Se “o Cabeço era uma família” e no Saramém “cada um só quer saber do seu” podemos notar que existe um rompimento progressivo entre as condições de sociabilidades nestas localidades. Os sentimentos, os afetos, as tendências, as formas de existir e subsistir alcançam novas modulações no nível socioeconômico e cultural, que desmancham as tradições que singularizavam aquela sociabilidade, e confirmam a padronização de lógicas que sustentam as práticas de um cotidiano marcado pelo protagonismo do capital sobre as relações humanas.

As novas políticas sociais, a distribuição dos seus benefícios de forma muitas vezes displicente, a depredação das formas de trabalho para homens e mulheres, a degradação pelo homem moderno dos recursos naturais dos quais dependem o trabalho dos que ali vivem; os

novos desejos e formas de consumo, as viabilidades para realizações dos desejos moldando relações sociais e instrumentais, os meios de comunicação de massa alastrados e difundindo modelos como padrões de sucesso; a prevalência do dinheiro sobre as relações irrompem em conflitos entre a existência da uma possibilidade desejada e a inviabilidade das condições de realização desta.

Assim, o grito por uma “autêntica” economia de mercado mobiliza a esperança das massas quanto a uma elevação rápida do nível de vida. Tudo, mas tudo mesmo, parece ser melhor do que o *status quo*; ninguém quer outra coisa além de finalmente poder comprar algo com seu dinheiro e finalmente sair da economia de escassez desgastante, da monotonia cotidiana da socialização de caserna e da caça cansativa (Kurz, p. 141, 1996).

#### 4.8 Sustentabilidade Social e a Lógica Capitalista

Apesar da alegação de que as intervenções humanas na natureza ocorrem, em prol do desenvolvimento para todos e de que a ampliação e difusão das políticas sociais no Brasil estarem contemplando grande parte dos que estão, entre tantas condições, em situação de pobreza, devemos considerar que as ações que hoje se desenvolvem sob o brasão do desenvolvimento acarreta outras sequelas sobre esta nova camada social produzida pelos efeitos do progresso.

A manutenção e o protagonismo do capital sobre as maneiras de relacionar-se com o mundo na Era Moderna acarretou no *fetichismo* do capital. Nas palavras de Balibar (1995) o fetichismo constitui, antes, o modo pelo qual a realidade (uma certa forma ou estrutura social) não pode aparecer. Esse “aparecer” ativo constitui uma mediação ou função necessária, sem a qual, em condições históricas dadas, a vida da sociedade em sua forma hegemônica seria simplesmente impossível.

Seguindo este raciocínio, podemos dizer com certa convicção que há a predominância do capital sobre as formas das relações humanas. Este acaba por apagar ou aniquilar qualquer símbolo de estrutura social das sociedades plurais, condicionando os desejos e as aspirações do “ter e ser” dos sujeitos uniformizados. O fetichismo do capital está diretamente associado ao fetichismo da mercadoria; ou seja, o mercado é regido pela força do capital, e o mercado é quem faz circular o capital e o poder intrínseco a ele:

A presença do dinheiro, diante das mercadorias, como condição de sua circulação, acrescenta um elemento ao fetichismo, e permite compreender o uso deste termo. Se as mercadorias parecem ter um valor de troca, o dinheiro, por sua vez, parece ser o próprio valor de troca, e assim possuir intrinsecamente o poder de comunicar às mercadorias que “entram em relação com ele” essa virtude ou poder que o caracteriza.

As condições que tornam necessária a *objetivação* “fetichista” da relação social são integralmente *históricas*. Elas surgem com o desenvolvimento de uma “produção para o mercado”, cujos produtos só atingem sua destinação final (o consumo, sob todas as suas formas) através da compra e da venda. Esta é a transformação da própria força de trabalho em mercadoria. [...] O fetichismo da mercadoria aparecerá então como uma longa transição entre a dominação da natureza sobre o homem e a dominação do homem sobre a natureza (Balibar, 1995, p. 80).

Por estes trechos entendemos que as relações humanas foram substituídas pelas relações de mercado, onde cada elemento do círculo social ou natural adquire “valor” de troca. Assim, até mesmo a produção social do sujeito passa a seguir a lógica da produção do capital, em virtude das relações de troca que se estabelecerão no comércio das habilidades humanas.

Marx dissera que as relações entre mercadorias (equivalência, preço, troca) são dotadas de autonomia, e que elas acabavam, assim, não só por substituir as relações pessoais, mas também por representa-las. (Balibar, 1995, p. 86).

O homem também tornou-se peça do mercado. Os gêneros humanos também têm seus valores de troca. Homens, mulheres, crianças, idosos, todos têm seu valor simbólico que passa pelo crivo da rentabilidade das suas habilidades. As características e as competências adquiridas pelos sujeitos tornam-os indivíduos, que parecem não falarem mais das suas essências, quando se compõem sob o imperativo da disputa no mercado acirrado e competitivo. Tornam-se não-sujeitos, segundo o marxismo, alienados ao poder do capital:

O único “sujeito” do que fala Marx é um sujeito prático, múltiplo, anônimo, e por definição não-consciente de si mesmo. Na verdade, um não-sujeito: isto é, a sociedade, como um conjunto das atividades de produção, de troca, de consumo, cujo efeito combinado é perceptível para cada um fora dele, como propriedade natural das coisas (Balibar, 1995, p. 83).

Robert Kurz (1996) articula o pensamento sobre o capitalismo contemporâneo e chama atenção para o que está ocorrendo nos países e regiões do mundo afetados por este modelo de produção, principalmente em países do Terceiro Mundo. Ele chama esta fase de “colapso da modernização”.

Se consideramos o sistema de mercado ocidental, baseado na economia de concorrência, não um modelo (bem-sucedido), mas sim um elemento do mesmo processo histórico da modernidade que gerou também a sociedade de trabalho, supostamente antípoda, do “mercado planejado”, o colapso desta última está muito longe de sinalizar uma nova era de prosperidade capitalista. (p. 165).

Sob a alegação do que já viemos considerando no seguimento deste trabalho, acerca do comando do capital e do mercado sobre as relações que se estabelecem na contemporaneidade entre o homem e os recursos naturais disponíveis – incluindo o próprio homem como um recurso desta mesma natureza - e as consequentes transformações destes recursos *naturais* em *artificiais*, há de se ponderar quais são os efeitos que este comando acarreta, há três séculos de dominação no Ocidente.

No conjunto Saramém, no estado de Sergipe, região nordeste do Brasil, que é o nosso ponto de partida para a elaboração desta reflexão, podemos notar como as relações se transformam à medida em que se propaga o discurso tecnológico, mediado pela maior circulação do capital. Sincronizando o nosso pensamento as considerações feitas por Kurz:

[...] Depois de realizar-se a catástrofe primitiva da reprodução social, trata-se, por assim dizer, de “sociedades pós-catastróficas” que somente estão ligadas à circulação sanguínea global do dinheiro por algumas poucas veias muito finas. Uma porção gigantesca, e ainda crescente a cada ano, da população mundial afunda-se assim em desespero, vegetando naquelas condições barbarizadas que ainda estão por vir. (Kurz, 1996, p. 167).

E completa:

Em todos os lugares do Terceiro Mundo onde se desenvolveram os inícios de uma industrialização própria ou instalada por capital estrangeiro, vale hoje a divisa: “Da economia de trabalho intensivo para a economia orientada na tecnologia”. (Handelsblatt, 6.4.1987) [...] Já no começo dos anos 80, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra reclamou: “A tecnologia empobrece o Terceiro Mundo” (Kurz, 1996, p. 168).

O empobrecimento chega sob inúmeras formas às regiões onde o capital rege as funções técnicas e sociais. Hoje, o capitalismo se encontra em outra fase de evolução na corrente histórica. Com outras características, o discurso do capital torna-se mais incisivo quanto mais sutil incide nas formas inconscientes da formação dos indivíduos. A começar pela “produção” de uma consciência coletiva acerca das condições alienadas de existir no mundo, no qual o dinheiro e o fetiche da mercadoria tomam o lugar dos afetos e das ações, o homem moderno é condicionado à inércia da função do mercado, atribuindo a tudo e a todos valores de mercado, dispondo-se a trocas.

O empobrecimento na região do Baixo São Francisco vem se dando nas formas como as tradições, a cultura e a sociabilidade que traduziam o modo peculiar da vida ribeirinha estão sendo depredados com o avanço progressivo das relações tecnológicas, industriais e mercantis sobre aquela localidade. A revolução realizada pela força do capital na esfera político-social na região destrói antigos e constrói novos e contemporâneos símbolos de existência, engrenando ideais mercantis às elaborações de condições existenciais.

Ainda sobre os dados corroborados pela composição do laudo pericial acerca dos impactos socioambientais no BSF devido à implantação do empreendimento hidrelétrico de Xingó nesta mesma região, utilizamos as análises dos quesitos nº 19 e nº 29, que correspondem aos níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na região como um todo. Como esta pesquisa foca no Saramém que está localizando no município de Brejo Grande, é para onde a nossa atenção se volta.

O IDH dos municípios sergipanos, assim como o do próprio estado como um todo, elevou-se nos últimos vinte anos, coincidentemente desde o período de que se instalou a UHE de Xingó. Porém, o município de Brejo Grande, dentre os que formam o Baixo São Francisco, é o que ainda possui o menor IDH de todos os visitados pela equipe da perícia (total de 15 municípios).

Apesar deste dado nos mostrar o aumento no índice de desenvolvimento humano e esta região ter sido contemplado pelo empreendedorismo energético, a perícia conclui que os impactos gerados foram negativos, pois mesmo com o crescimento, o município tem os mais baixos índices que compõem o IDH da região. Mesmo com o aumento deste índice na região estudada ter tido um aumento numérico, a taxa de desenvolvimento na região, se cresce, acontece a passos lentos, ou ainda mantém o município de Brejo Grande em grande desnível em relação aos demais municípios da região.

Supostamente, algo de outra ordem, como da concentração de renda, estaria provocando e mantendo o subdesenvolvimento deste município e de sua população em relação aos demais, pois este índice leva em consideração aspectos como longevidade, educação e renda da população, aspectos estes contemplados pelas políticas públicas, que promovem o crescimento de suas estatísticas.

Golobi (s/d) se utiliza da aplicação da noção de desenvolvimento de Furtado para apontar o que pode causar o desequilíbrio nas ações em sua promoção:



Na visão de Furtado (1981 cit. in Castro, 1999, p.10) o desenvolvimento está atrelado a três dimensões, quais sejam: " (1) a do incremento da eficácia do sistema social de produção (econômica), (2) a satisfação das necessidades elementares da população e (3) a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos". Essas três dimensões, entretanto, nem sempre são abordadas de forma igualitária, havendo freqüentemente priorização de uma sobre as outras. (Golobi, p. 06, s/d).

A chegada de dispositivos que prometem “erguer” a economia e o desenvolvimento da região acentua ainda mais o subdesenvolvimento daquela população, desabilitando aquelas pessoas que ali viviam e que tinham seus próprios artifícios e manejos frente às necessidades impostas pelas suas peculiares condições de vida, e que agora se defrontam com a dependência de artifícios tecnológicos que marcam o sentimento de despertença. Ou seja, uma vez que tecnologias avançadas chegam àquela região, prometendo investimento no desenvolvimento da população, elas passam a criar outras necessidades que não pertenciam àquela realidade, e que agora pode-se contar com as tecnologias que elas irão “dar conta” de mediar aquelas necessidades.

A desapropriação do conhecimento do homem ribeirinho frente a elaboração dos seus meios de vida, já que agora o homem moderno espalha globalmente seus instrumentos de transformação da realidade e induzem o pensamento em massa a aderi-los como verdades incontestáveis, despotencializa aquele sujeito frente as suas maneiras de produzir suas vidas, aderindo mecânica e passivamente às instruções de uso do discurso moderno da sociedade civilizada.

O IDH, como tratado neste quesito do laudo apenas confirma esta crítica apresentada neste trabalho de que, apesar do provimento de dispositivos e discursos tecnológicos e de que o abarcamento de seus “benefícios” tenha se alastrados, teoricamente, a todos os níveis sociais e econômicos, as repercussões em níveis de desenvolvimento para estas populações continuam a estagna-las no mesmo ponto ou promovem mais ainda o seu subdesenvolvimento em relação às camadas economicamente mais elevadas.

O que parece acontecer é que os investimentos, quer sejam por meio de ações do governo federal ou pelo investimento de recursos privados aliados ao poder do Estado, sempre irão promover a manutenção das diferenças entre os níveis econômicos e intelectuais da população. À medida que os investimentos se colocam sob o signo do investimento do capital sobre o desenvolvimento dos sujeitos e das relações, as potencialidades humanas são deixadas à mercê da própria sorte, condicionando-as ao comando do dinheiro e suas interfaces.

O quesito nº 29 do laudo responde sobre às perdas, materiais e culturais, que ocorreram na zona costeira direita do BSF, especificamente nos povoados Cabeço, Saramém, Resina e Brejão dos Negros, Brejo Grande-SE.

O que se constata hoje nesses locais é a existência de modos de produção que afirmam e reforçam as condições capitalísticas de existência, onde se “vive para produzir monetariamente”, contrariamente aos antigos modos de produção de subsistência que construíam o caráter material e simbólico das relações em tais povoados.

Esta constatação é o que vem reafirmar, mais uma vez, as atuais condições em que se encontram o arcabouço cultural, simbólico e material, daquela população que criava suas estratégias de sobrevivência que compunham sua forma social singular, a saber, a sua sociabilidade e a sua autonomia.

As tradições que compunham enredos de histórias, vividas e compostas por aqueles sujeitos que, ao passar das épocas, tiveram seus modos de vida atravessados pelos discursos de poder vigentes, hoje se dissolvem em discursos hegemônicos do poder do capital. Este discurso se reveste por uma estratégia tão sedutora quanto perversa, aniquilando a essência e autonomia do homem, fazendo-se desconhecer e perdendo-se em si mesmo, transformando-o em mero objeto material, sem símbolos, sem marcas, sem voz, apenas adereços.

Estes adereços são parte fundamental para fazer propagar mais ainda a beleza do capital. O dinheiro pode comprar o que custar qualquer valor, conquanto esteja disposto a negócios. O mercado se constrói nas relações negociantes, de trocas, de confabulação e negociação de valores. Acordos entre os que detêm os macetes da concorrência sobre os que desejam ascender. As relações de mercado determinam as formas de circulação do capital, logo é preciso estimular a rotatividade do capital, constituindo também inovadores e ilimitados circuitos de produção para o mercado.

## CONCLUSÃO

Certamente, este é o momento da redenção. Também é o momento em que se percebe que o que deveria ter sido dito, foi contemplado, e as reflexões acerca dos temas abordados, agora mais do que nunca, parecem o fio do desenrolar do novelo de idéias que conformam a crítica; continuam...

O destino desta dissertação foi forjada pelas idas a campo, pelos debates em sala com os professores e colegas, pelas leituras de materiais produzidos por outras áreas do conhecimento científico que não a Psicologia. Esta parece-me ter sido a grande conquista desta elaboração: agregar diversos níveis de conhecimentos teórico às bases psicossociais para a compreensão de um fenômeno, por mim, desatentado.

Para além de um trabalho acadêmico produzido para obtenção de um título, o que ocorreu neste período de pesquisa foi além deste fim: as transformações se sucediam, ocorriam a cada instante, a cada aula, a cada visita á campo, a cada interação com o Saramém e o Cabeço; com as pessoas dali, com os espaços, com o rio São Francisco. As referências teóricas utilizadas neste trabalho (como as que também não estão citadas) por tantas vezes desestabilizaram minhas certezas ou as reflexões rasas.

A força do conhecimento tem o poder de querer transformar as coisas ao nosso redor. Hoje me sinto de tal maneira mais inquieta diante das questões que trago neste trabalho. A percepção da realidade que me inclui se transforma ininterruptamente através do que ouço, vejo e sinto de novo, e esta pesquisa cumpriu com êxito este papel, por vezes altamente angustiante.

É preciso considerar, inicialmente, que a utilização do laudo pericial e dos demais materiais que embasam teoricamente esta análise não necessariamente convergem com as ideias aqui lançadas; os dados servem como inspiração para as reflexões apresentadas e como mediadores entre impressões pessoais e os objetos da pesquisa etnográfica.

Para fechar esta etapa e concluir as considerações feitas neste trabalho, me pronunciarei não em termos de propostas a solucionar o que apontamos como incoerências lógicas de funcionamento; afinal, estes mesmas questões se revelam como continuidades que fazem parte do mesmo processo de evolução/continuidade histórica dos homens em sociedade. Sob a estruturação etnometodológica, a pesquisa se preocupa com o raciocínio sociológico prático e não com detalhamento, explicação e prescrição sobre os fatos sociais

(Oliveira e Montenegro, 2012), pois não é disso que se ocupa. A pretensão é dar sequência à linha de raciocínio que viemos desenvolvendo acerca das implicações das relações técnicas de dominação da natureza nas relações sociais (e vice-versa), e finalizar com questões que futuramente possam servir como subsídios à novas pesquisas.

Podemos iniciar ressaltando que não se pretendeu fazer aqui uma comparação entre o que se tem como sociabilidade no Cabeço e no Saramém; antes, se buscou fazer uma análise sobre os processos que constituem os modos de produção e sujeição dos indivíduos aos modelos do sistema vigente, e através de quais dispositivos estes se exercem e se distribuem o poder; localizar onde se dá as rupturas entre os modos de produção é pretensão deste estudo. Neste caso, pensamos nas Políticas e Programas Sociais do Governo no Brasil como estes dispositivos que incitam a um novo circuito de pensamento e ações dos sujeitos contemplados. Este circuito se abastece das expectativas em privilegiar-se nas formas de obtenção e investimento do capital que circula entre os sujeitos e que faz circular também o poder intrínseco ao capital, criando-se a ilusão de potência e eficácia das ações políticas de distribuição de renda no país.

Dito de outra forma é notório o poder convincente em aceitar que estes Programas promovem o desenvolvimento da população de baixa renda ou dos que estão alinhados em uma determinada atividade laboral (no caso, a pesqueira); certamente, o desenvolvimento econômico. Mas o que gostaria de considerar é sobre como, ao mesmo tempo em que estes discursos facilmente ganham adesão das pessoas, promovem a despotencialização daquela comunidade, ao acoplar sua força de desenvolvimento econômico e social aos benefícios e auxílios do Governo. Um exemplo disso é a precarização das formas de trabalho no BSF, uma vez que a depredação do rio e das condições de pesca e cultivo de frutos se faz cada vez mais presentes, produzindo assim força de trabalho morta, à espera de auxílios para se valer viva.

Parece haver distanciamentos entre os objetivos destes programas e os interesses de quem os patrocina, ao observar as condições transformadas e sustentadas por aquela população, com a passagem ampliada do seu poder aquisitivo, ampliando-se também as formas de consumo de tecnologias que acarretam relações de forte dependência entre a sorte dos modos de vida de uma população ribeirinha e o que o capital viabiliza enquanto consumo, propriedade privada e poder. Além da passagem ampliada do poder aquisitivo, que tipo de associações esta ampliação favorece em termos de expectativas de uma população estagnada no subdesenvolvimento, que tem no dinheiro a possibilidade de ascender social e economicamente?

Golobi nos atenta sobre as ações promovidas pelos órgãos do Estado:

As organizações e os estabelecimentos, que são responsáveis pela execução da política do Estado, em nosso modelo de sociedade, estão sempre, segundo Barembli (1992), a serviço da exploração, dominação e mistificação. Esses organismos propalam a luta pela igualdade e fraternidade, entretanto, na prática, essa utopia é comprometida pela exploração do homem pelo homem, pelo desrespeito à vontade coletiva, pela mentira e sonegação de informações. (Golobi, p. 05, s/d).

Assim, cabe um olhar mais atento sobre os propósitos destes Programas Sociais: de que maneira sua finalidade é contemplada e quais são os impactos na esfera sociocultural daquela região, que provocam outras significações acerca dos modos de existência?

Longe de induzir a um raciocínio paranoico, mas assumindo a perversidade do sistema econômico vigente, podemos ver claramente, a exemplo do que acontece em Saramém e nas demais regiões do BSF, que as consequências destas políticas nas vidas de pessoas atingidas alcançaram um patamar de mudanças no cotidiano, que apesar de, por vezes “facilitarem” a vida, também se nota o distanciamento progressivo entre as pessoas que ali vivem.

Retomando um aspecto intrínseco ao capital, o acesso à propriedade privada e a sensação de individualidade no contexto social marcam as sociabilidades, promovendo a segregação entre os comuns. Os índices de violência aumentam progressiva e assustadoramente, tendo como marca principal a tomada de poder através da usurpação da propriedade alheia, conferida de sentido privilegiado por quem está à margem das condições de acesso. Esta mesma violência que cresce a índices alarmantes é mais um sintoma do adoecimento causado pelas atuais estratégias de concorrência do regime de mercado, segundo Kurz:

Podendo-se comparar esse processo ao espalhamento de um tumor canceroso, através de metástase, por um corpo aparentemente saudável. A princípio o desemprego exteriormente quase imperceptível, somente registrado pela estatística, e a pobreza de certo número de indivíduos são os fatores pelos quais se expressa a destruição da capacidade aquisitiva mediante um nível de produtividade “demasiadamente alto” para a lógica da mercadoria. (Kurz, p. 208, 1996).

São inúmeras e consideráveis as alterações socioculturais que tangem o Baixo São Francisco, sobrepondo os valores mercantis do modo de produção capitalista contemporâneo aos afetos das práticas cotidianas e da satisfação das necessidades elementares. Golobi, ao realizar seu trabalho no Baixo São Francisco, também tece considerações acerca desta sobreposição de valores aos afetos:

A priorização dos vínculos econômicos e burocráticos em detrimento dos vínculos sociais e comunitários, que se intensificou simultaneamente à modernização do baixo São Francisco, enfraqueceu os vínculos sociais. Os atores sociais acreditam que antes havia respeitos entre as pessoas, que se podia acreditar na palavra de um homem, mas que hoje não se pode mais. [...] O enfraquecimento dos vínculos pelo acirramento da competição e do mercantilismo criou uma situação que contrasta fortemente com a fartura que existia no BSF antigo, como se percebe no fragmento de discurso da ribeirinha que teve sua casa desapropriada: "Agora tudo tem que ser comprado. Se a pessoa não tiver dinheiro para comprar comida, ela morre." A modernização trouxe para Neópolis o desespero, a tristeza, a falta de perspectivas e a ociosidade. Afastado da beira do rio, o ribeirinho perdeu o seu referencial e em seu lugar só encontrou a bebida. (Golobi, p. 13, s/d).

Estas questões reforçam que há, de fato, algo que marca uma transição naquela região em termos de modos de produção, cultura, autonomia, trabalho, economia, sustentabilidade social e ambiental, por exemplo. Assim, foi pela via a prática etnográfica de pesquisa de campo, considerando os afetos emergentes, que foi possível uma reflexão no nível das sociabilidades dos locais estudados. A sociabilidade foi um dos aspectos que sofreram e sofrem, cotidianamente, maiores transformações no âmbito da sócio-economia.

Levamos em conta principalmente os relatos dos ribeirinhos, que trouxeram em sua linguagem seus afetos e sentimentos acerca do que estas condições emergentes acarretam em suas vidas nos tempos atuais. Não se faz apelo ao passado, muito menos julgamento acerca da positividade ou negatividade dos elementos que constituem as configurações atuais de produção social. Considera-se, sim, que as formas de se fazer política, aliadas ao forte discurso do desenvolvimento e progresso, atribuem novos e outros sentidos às condições de ser sujeito, seja no BSF como em qualquer outro lugar onde estas incidências ocorram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. M. **Indicador de Salubridade Ambiental (ISA) como instrumento de análise da salubridade do ambiente da comunidade Saramém em Brejo Grande (SE).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

BALIBAR, É. **A filosofia de Marx.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

COULON, A. **Etnometodologia.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FONTES, Luiz Carlos da Silveira. **Erosão marginal no baixo curso do rio São Francisco. Um estudo de caso de impactos geomorfológicos à jusante de grandes barragens.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

GOLOBI, S. **Intervenções de Governo, Ambientalismo e Dimensão Simbólica da Pesquisa Social.** Universidade Federal de Sergipe, s/d.

GUESSER, A. **A etnomedologia e análise da conversação e da fala.** Em Tese - Revista Eletrônica de Pós-graduandos em sociologia política da UFSC. Vol.1 nº1(1), agosto-dezembro, 2003. pp. 149 – 168. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13686/12546>>

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARGULIS, L. “Os primórdios da vida. Os micróbios têm prioridade”, in THOMPSON, W. et al., *Gaia. Uma teoria do conhecimento.* São Paulo: Gaia, 1990 [1987].

MESZÁROS, I. **Marx's Theory of alienation.** Londres: Harper Torchbooks, 1972.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M. de C. M.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. & BURLANDY, L. (2007), “Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do programa Bolsa Família”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (6): 1453-1462.

MOURA, B. C. **Intrigas Coloniais: a trajetória do Bispo João de São José Queirós (1711-1763).** História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

NASCIMENTO, M. C. do, RIBEIRO JUNIOR, C. E. & NETTO, A. de O. A. **Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no baixo Rio São Francisco.** Maceió, AL, 2013. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/download/centro-de->

[documentacao/relat%C3%B3rio\\_da\\_expedi%C3%A7%C3%A3o\\_baixo\\_sf/RELATORIO\\_MELCHIOR\\_CBHSF\\_WEB.pdf](#) > Acesso em 20 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, S. A. , MONTENEGRO, L. M. **Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana**. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 1, artigo 7, Rio de Janeiro, Mar. 2012.

PIRES, F. F., JARDIM, G. A. S. **Geração Bolsa Família Escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB)**. RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 29 (85): 99-112.

RAMALHO, C. W. N. **Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional. Da Reserva Naval À Aquícola**. RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP. v. 8, n. 1 (2014). Disponível em: <  
<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1740/1156> > Acesso em 16 de setembro de 2015.

SILVA, E. C. **Um mergulho nas águas do Velho Chico: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização dos pescados artesanais de Saramém, Brejo Grande-SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SILVA, M. O. S. (2007), “O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil”. *Ciênc. Saúde Coletiva* [online], 12 (6): 1429-1439.

SCHMIDT, A. **El concepto de naturaliza em Marx**. Madri: Siglo XXI, 1977 [1962].

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Sociologias, nº 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, G. S., ABDALLAH, P. R. **Política de seguro-desemprego ao pescador artesanal: assistencialismo ou incentivo?** Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

WAGNER, R. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.